



MARÍA ENCINA DÍAZ GONZÁLEZ

**A DISCREPÂNCIA ENTRE A FECUNDIDADE DESEJADA E A
FECUNDIDADE CONCRETIZADA ENQUANTO UMA QUESTÃO
DE GÊNERO**

**CAMPINAS
2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

María Encina Díaz González

**“A discrepância entre a fecundidade desejada e a fecundidade
concretizada enquanto uma questão de gênero”**

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Glaucia dos Santos Marcondes

Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Tirza Aidar

Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas para
a
obtenção do Título de Mestra em
Demografia.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação, defendida pela aluna María Encina Díaz González, orientada pela Profa. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes

CAMPINAS
2015

Ficha
catalográfica
Universidade Estadual de Campinas Biblioteca do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Cecília
Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

D543d Díaz González, María Encina, 1988-
A discrepância entre a fecundidade desejada e a fecundidade
concretizada enquanto uma questão de gênero / María Encina Díaz González.
– Campinas, SP
: [s.n.], 2015.

Orientador: Glaucia dos Santos
Marcondes. Coorientador: Tirza Aidar.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mulheres. 2. Fecundidade. 3. Direitos reprodutivos. 4. Relações de
gênero.
5. Demografia da família. I. Marcondes, Glaucia dos Santos. II. Aidar,
Tirza, 1961-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências
Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The discrepancy between desired fertility and materialized fertility
as a gender issue

Palavras-chave em inglês:

Women Fertility
Reproductive
rights Gender
relations

Demography of family

Área de concentração:

Demografia **Titulação:** Mestra
em Demografia **Banca**

examinadora:

Sandra Mara García
Elisabete Dória Bilac
Glaucia dos Santos Marcondes

Data de defesa: 12-06-2015

Programa de Pós-Graduação: Demografia



A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 12 de junho de 2015, considerou a candidata MARIA ENCINA DÍAZ GONZÁLEZ aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is highly stylized and cursive, appearing to read "Glaucia Marcondes".

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Elisabete Dória Bilac".

Profa. Dra. Sandra Mara Garcia

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Sandra Mara Garcia".

RESUMO

O objetivo principal desse estudo é refletir sobre os elementos que ajudam no entendimento da concretização, satisfatória ou não, das preferências reprodutivas das mulheres brasileiras de 40 a 49 anos, e, mais especificamente, identificar os possíveis constrangimentos que intervêm entre aquelas mulheres que não conseguem atingir a fecundidade desejada. Nessa análise se inclui um enfoque de gênero para aprofundar no entendimento dessa discrepância. O estudo operacionaliza a discrepância entre fecundidade desejada e fecundidade materializada, distribuindo as mulheres analisadas em três categorias: as mulheres que não tem discrepância, aquelas mulheres que tiveram mais filhos do que o declarado ideal – as discrepantes por excesso - e as mulheres que tiveram menos filhos do que o declarado ideal, ou seja, as discrepantes por falta. Os dados são provenientes da pesquisa DHS de 1996 e da PNDS 2006, explorando através de um conjunto de variáveis sociodemográficas, o perfil das mulheres e a concretização das suas preferências reprodutivas para os anos de 1996 e 2006, tendo como foco principal aquelas mulheres que são discrepantes por falta. Pode-se destacar de modo geral entre os achados que a discrepância por falta relativamente se apresenta mais entre as mulheres residentes em áreas urbanas, das Regiões Sul e Sudeste, entre as mais escolarizadas, as que não possuem filhos ou têm apenas um filho. Entre as mulheres com companheiro destaca-se a importância que a preferência reprodutiva do parceiro tem para a condição de concretização da preferência reprodutiva feminina.

Palavras-chave: Mulheres, Fecundidade, Preferências Reprodutivas, Relações de Gênero, Demografia da Família.

ABSTRACT

The purpose of this study is to explore social dimensions that help us to understand the context in which Brazilian women aged between 40 to 49 years implemented their reproductive preferences. It aims to identify possible constraints from a gender perspective analysis to deepen the understanding of discrepancies between reproductive preferences and observed fertility. The discrepancies between desired fertility and materialized fertility were classified into three categories: women without discrepancy, women have more children than their ideal – discrepant excess-fertility – and women who had less children than their ideal - discrepant lack-fertility. Exploring a set of sociodemographic variables from DHS 1996 and PNDS 2006 was analyzed the profile of women and the implementation of their reproductive preferences in the period, with focus on women with discrepancy due to lack. The results indicate that women who are more prone to discrepancy due to lack live in urban areas, in the South and Southeast regions, have high levels of educational attainment and are childless or have one child. About women who are in conjugal union, the results show the partner's reproductive preferences affect the implementation of the women's reproductive preferences.

Keywords: Women, Fertility, Reproductive Preferences, Gender Relations, Demography of Family.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
CAPITULO I.....	5
1.1 Transição Demográfica e queda da fecundidade no Brasil (1960 – 2010).....	5
1.2 Intenções/Preferências reprodutivas e as discrepâncias por excesso e falta da fecundidade concretizada	14
1.3 Desigualdade nas relações de gênero e seu impacto na fecundidade	23
CAPITULO II - FONTES E MÉTODOS.....	35
2.1 Características da fonte de dados.....	35
2.2 Plano de análise	37
CAPITULO III - RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DADOS	45
3.1 Caracterização das mulheres alvo do estudo	45
3.2 Preferências de fecundidade e concretização das mesmas	49
3.3 Características sociodemográficas das mulheres de 40 a 49 anos segundo a condição de concretização das preferências de fecundidade.....	53
3.4 A concretização das preferências reprodutivas desde a perspectiva das relações de gênero.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXOS.....	89

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento de estimar o benefício ou favor que nos foi feito e corresponder a ele de algum jeito. Para isso sirvam essas linhas, pois este trabalho tem uma signatária individual, mas é fruto de muitas contribuições.

Agradeço à Professora Joice Vieira por plantar a primeira semente e me apresentar a Demografia ainda nos tempos da graduação, pelo apoio e acompanhamento sempre firmes até o final. À Professora Maria Coleta F. A. de Oliveira por acompanhar-me nos primeiros passos de orientação para o desenvolvimento desse tema de pesquisa. À Professora Tirza Aidar por assegurar as raízes, primeiro como professora e depois como co-orientadora. A todos os professores e pesquisadores do NEPO por regar esse trabalho com seu labor docente. Especificamente à professora Elisabete Bilac por todo o conhecimento compartilhado na matéria de Demografia e Família, pelos conselhos no Exame de Qualificação e por tomar parte da banca da defesa. À Professora Sandra Garcia por ter aceito participar da banca de defesa e por todas suas sugestões, questionamentos e críticas. À Adriana C. Fernandes pela sua colaboração na formatação final. E sobretudo à Professora Glaucia Marcondes por fazer um labor muito além do significado literal de orientação e sem cuja contribuição (científica e pessoal) esse trabalho não seria o que é hoje.

Agradeço também aos funcionários do NEPO assim como ao CNPq pelo apoio no financiamento no decorrer do Mestrado.

Gratidão devo aos colegas da minha coorte (2013) e das outras. Dafne, Heloísa, Chandeline, Flavia, Fausto, Guilherme, Carla, Barbara, Rosario, Fernanda e Bladi, dentre outros, que se tornaram amigos em cada madrugada pré-laboratório e em cada convocatória de sopa, hoje já formam parte da minha linda família brasileira.

E sobretudo à todos os “familiares” que eu ganhei nas Repúblicas Subsolo, Penya e Namaste, e entre os agregados. Sendo impossível mencionar cada uma das contribuições deles não só para esse trabalho, mas para tornar a minha experiência no Brasil muito positiva. Contudo não quero esquecer do André por toda a inspiração, do

Pedro por fazer as vezes de Pai, Mãe e amigo ao mesmo tempo e do Fuji pelo suporte e a parceria, do Arthur, da Yasmin, da Daniele, ...

É claro não posso deixar de agradecer a todos aqueles que por estar lá não deixaram de estar aqui: Natalia, Jaime, Jimmy, Bea, Maria, Hector, Bea, Fran, Enrique e Patricia. E até a Luna que sempre está em todas partes.

Last but not least infinita gratidão a essa *Béguinage* de mulheres fortes que conformam os meus alicerces e que me acompanham em cada experiência. A Luchy, Lucinda, Marina e sempre a Lucia. Mas nem esse trabalho e nem nenhuma das minhas aventuras seriam possíveis sem o apoio incondicional da minha mãe, e essas letras são dedicadas a ela, para retribuir de alguma maneira humilde todo o esforço que sempre tem dedicado para as suas filhas.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Distribuição proporcional da população, segundo grandes grupos etários em 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.	6
TABELA 2: Taxa de Fecundidade Total (TFT) e distribuição percentual das mulheres segundo anos de estudo.	8
TABELA 3: Taxa de Fecundidade Total (TFT) por rendimento domiciliar.	10
TABELA 4: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos, objeto de estudo, segundo variáveis sociodemográficas selecionadas.	46
TABELA 5: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo os Filhos tidos e os Filhos desejados.	49
TABELA 6: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo a condição de concretização das preferências reprodutivas.	Error! Bookmark not defined. 51
TABELA 7A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo filhos tidos e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	53
TABELA 7B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / filhos tidos.	53
TABELA 8A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo a idade ao ter o primeiro filho e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	54
TABELA 8B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / idade ao ter o primeiro filho.	55
TABELA 9A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo esterilização e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	56
TABELA 9B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / esterilização.	56
TABELA 10A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo o estado conjugal e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	57
TABELA 10B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / estado conjugal.	58
TABELA 11A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo classificação de cor e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	59
TABELA 11B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / classificação de cor.	59
TABELA 12A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo faixas de anos de estudo e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	60
Tabela 12B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / faixas de anos de estudo.	61
TABELA 13A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo a condição de inserção no mercado laboral e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	62

TABELA 13B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / condição de inserção no mercado laboral.	62
TABELA 14A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo a situação do domicílio e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	63
TABELA 14B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / situação do domicílio.	63
TABELA 15A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo as grandes regiões de residência e a condição de concretização das preferências reprodutivas.	64
TABELA 15B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / grandes regiões de residência.	64
TABELA 16A: Distribuição percentual de mulheres (40-49 anos) casadas ou unidas segundo variáveis proxies de equidade de gênero e sua condição de concretização das preferências reprodutivas. Brasil, 1996 e 2006.	67
TABELA 16B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / variáveis selecionadas.	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Distribuição percentual de todas as mulheres (15-49) por número ideal de filhos, número médio ideal de filhos para todas as mulheres e para as atualmente unidas, segundo o número de filhos vivos.	18
QUADRO 2: Variáveis sociodemográficas consideradas para a análise da concretização das preferências reprodutivas da população feminina de 40 a 49 anos	
Error! Bookmark not defined.	40
QUADRO 3: Variáveis consideradas para mensurar o nível de equidade de gênero no casal	42

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1: Taxa de Fecundidade Total (TFT), Unidades da Federação do Brasil, 1970 - 2010.....	7
FIGURA 1: Representação conceitual das mudanças no nível da equidade de gênero ao longo do tempo em instituições orientadas à família e ao indivíduo e a sua repercussão na transição da fecundidade.....	26

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos segundo os Filhos tidos e os Filhos desejados. Brasil, 1996 e 2006.....	86
ANEXO 2: Teste Qui-quadrado das variáveis selecionadas.....	87

APRESENTAÇÃO

O interesse pela temática estudada nessa dissertação está ligado com a minha trajetória pessoal e acadêmica. A etapa de formação como cientista política na Universidade Complutense de Madrid (2006-2012) se desenvolveu paralelamente com o ativismo social voltado para os direitos das mulheres. O programa Erasmus me permitiu estudar por um ano na UiB na Noruega (2010-2011) o que me deu a oportunidade de vivenciar uma realidade social, política e acadêmica no qual o Estado de Bem-Estar garante altos níveis de equidade. A vinda para o Brasil, a mudança de paradigmas, e a formação recebida no Programa de Pós-Graduação em Demografia e no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (2013-2015), ambos na Unicamp, permitiram a combinação do meu background com uma ciência social especialmente rica em técnicas de análise como é a Demografia. Assim essa dissertação não teria sido possível sem todo o conhecimento acumulado no decorrer das matérias que compõem o programa do mestrado em Demografia.

A pesquisa desenvolvida que aqui é apresentada com o título “A discrepância entre a fecundidade desejada e a fecundidade concretizada enquanto uma questão de gênero” é ao mesmo tempo uma forma de trazer a luz as dificuldades que as mulheres continuam enfrentando na concretização das suas preferências reprodutivas e um desafio para pensar sobre os contextos contemporâneos de garantias de direitos e de bem-estar em sociedades ocidentais democráticas. A discussão dessa temática e o desenvolvimento desse trabalho se dividem em várias fases que contaram com colaborações importantes e distintas conforme os rumos tomados ao longo da realização do Mestrado. A Profa. Dra. Maria Coleta F. A. de Oliveira ofereceu um aporte fundamental na inspiração teórica da escolha do tema a ser estudado. As primeiras ideias, orientações e atividades surgiram a partir das suas contribuições. Posteriormente, Profa. Dra. Tirza Aidar acompanhou todo o processo de análise dos dados e foi fundamental no desenvolvimento da operacionalização da parte metodológica e a Profa. Dra. Gláucia dos Santos Marcondes orientou o desenvolvimento do conteúdo com diálogos e conselhos sempre fundamentais e frutíferos.

Os questionamentos a esse respeito começaram com a constatação de que o Censo Demográfico do Brasil de 2010 revelou uma taxa de fecundidade total (TFT) abaixo do nível de reposição, atingindo a média de 1,86 filhos por mulher. Esse dado

mostra que o país se encontra em um avançado estágio da transição demográfica, resultado de processos de intensas transformações sociais que se dá desde meados do século passado. Anos antes, em 2006, os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) já apontavam para uma TFT abaixo do nível de reposição no Brasil.

Nesse sentido, em uma revisão feita pelas autoras Arilha e Berquó (2009) comparando resultados na DHS 1996 e da PNDS 2006, mostram que as taxas de fecundidade passaram de 2,5 filhos por mulher, em 1996, para 1,8, em 2006. No grupo etário das mulheres adolescentes de 15 a 17 anos se registrou um ligeiro aumento da proporção das que são mães, passando em 1996 de 6,9% para 7,6% em 2006. Em oposição, as mulheres pertencentes ao grupo etário de 18 a 24 anos que tinham algum filho apresentaram diminuição do seu peso relativo que em 1996 era de 38% para 34,9% em 2006. Entre as mulheres que tinham de 25 a 49 anos a percentagem com filhos reduziu-se, principalmente no Sul e Sudeste (2,9% e 2,8%, respectivamente). Chama a atenção o dado da percentagem de mulheres que eram mães de três filhos que sofreu uma diminuição de 63,2% em 1996 para 48,6% em 2006 (ARILHA; BERQUÓ, 2009).

Aliado a isso, os dados da PNDS 2006 também mostraram que a fecundidade desejada pelas mulheres brasileiras era mais elevada do que a fecundidade observada. A média da fecundidade desejada era nesse ano de 2,1 filhos por mulher, no que a TFT era de 1,8 filhos por mulher (PNDS, 2006). Da constatação dessa diferença nasce o interesse de analisar o hiato existente entre a fecundidade que as mulheres brasileiras desejariam atingir e a parturição que de fato elas concretizaram.

O objetivo principal dessa dissertação é desvendar quais são os elementos que ajudam no entendimento da concretização, discrepante ou não discrepante, das preferências reprodutivas das mulheres brasileiras de 40 a 49 anos e, mais especificamente, refletir sobre os possíveis constrangimentos associados aquelas mulheres que não conseguem atingir sua fecundidade desejada.

Assim, ao longo desse trabalho, aquelas mulheres que tiveram o mesmo número de filhos que declararam como ideal são chamadas de **não discrepantes**. Aquelas que tiveram menos filhos que o ideal são as **discrepantes por falta**, que é o foco deste estudo. E aquelas que superaram o seu número ideal de filhos são as **discrepantes por excesso**.

Dentre os objetivos específicos se procura responder os seguintes questionamentos: (a) pode ser observada uma maior discrepância por falta na concretização da fecundidade quanto maior é o nível de escolaridade da mulher?; (b) as mulheres que trabalham teriam mais problemas para implementação das suas preferências reprodutivas do que aquelas que não estão inseridas no mercado laboral?; (c) Em que medida o estado conjugal se relaciona a concretização mais satisfatória das preferências de fecundidade femininas?; (d) a idade que as mulheres se tornam mães tem alguma relação com o nível de discrepância que declaram no final do seu período reprodutivo?; (e) as mulheres terem feito a laqueadura se associa de que forma com a condição de concretização das suas preferências reprodutivas?; e (f) há relação entre os parceiros conjugais com características que seriam mais igualitárias e a consecução não discrepante das preferências reprodutivas da mulher?

A estrutura da dissertação é constituída por essa apresentação, três capítulos, as considerações finais e as referências bibliográficas.

O Capítulo I traz uma revisão da bibliografia que aborda a transição da fecundidade no Brasil e no mundo, destacando as principais questões e abordagens teóricas que procuram explicar os contextos que cercam a redução e a manutenção das taxas de fecundidade em níveis abaixo da reposição da população. Busca também situar como o tratamento da fecundidade desejada se insere nessas discussões, procurando fundamentar teórica e empiricamente a relevância de se estudar a fecundidade observada em contraste com a fecundidade desejada pelas mulheres. Aliado a isso, procura-se destacar a importância da dimensão de gênero no estudo dos contextos que envolvem a concretização ou não das preferências reprodutivas das mulheres.

No Capítulo II são descritas as fontes de dados e os métodos utilizados no desenvolvimento do estudo. O trabalho fará uso das pesquisas DHS (1996) e a PNDS (2006), por serem as únicas pesquisas com representatividade nacional que coletam a informação de interesse desse estudo: a fecundidade desejada.

Os resultados da exploração dos dados da DHS (1996) e PNDS (2006) são apresentados no Capítulo III que abordará primeiramente uma análise descritiva das diferentes categorias da condição de concretização das preferências reprodutivas segundo um conjunto de variáveis sociodemográficas. Para na sequência se aprofundar no estudo das características das mulheres que não conseguiram implementar suas preferências reprodutivas. O capítulo também analisará a questão contrastando a condição de concretização da fecundidade com um grupo de variáveis referentes às

mulheres e seus respectivos companheiros – casados ou em união consensual – como *proxies* para avaliar em que medida parcerias com características mais igualitárias se relacionam à discrepância ou não das preferências reprodutivas.

Nas considerações finais procura-se destacar os principais achados e questionamentos que emergiram do desenvolvimento desse trabalho.

CAPITULO I

1.1 Transição Demográfica e queda da fecundidade no Brasil (1960 – 2010)

A Transição Demográfica definida como o processo pelo qual os níveis de natalidade e fecundidade passam de níveis altos e descontrolados para níveis baixos e controlados através de um período intermediário no qual o descenso da mortalidade antecede a queda da fecundidade, o que gera um crescimento rápido da população, a principal peculiaridade dessa transição na região da América Latina foi que os estágios mais avançados foram alcançados em um curto período de tempo se comparado aos países europeus (PATARRA, 1973; 1994; CAVENAGHI; ALVES, 2011).

No caso brasileiro, em particular, esse processo de transição mais acelerado começou a dar sinais nos anos de 1940 quando se passou a registrar diminuições sistemáticas nas taxas de mortalidade, principalmente a mortalidade infantil, conseqüentemente, provocando aumentos na esperança de vida ao nascer da população brasileira. Enquanto na década de 1930 a expectativa de vida era de 41 anos, em 1960 esse índice atingia os 55,7 anos, chegando em 2010 a 73,4 anos (CAVENAGHI; ALVES, 2011).

Posteriormente, o rápido e generalizado declínio da taxa de fecundidade total (TFT) no país que estava em 6,3 filhos por mulher em 1960, no último censo de 2010 reduziu para 1,86 filhos por mulher. Essa queda da fecundidade que nos países desenvolvidos se deu ao longo de 80 ou 100 anos, no Brasil transcorreu de forma intensa em aproximadamente 40 anos. Trata-se de um cenário surpreendente de apenas 50 anos em que se desenvolve uma forte transformação na dinâmica demográfica no Brasil (CARVALHO, 1974; PATARRA, 1994; BRITO, 2007; CAVENAGHI; ALVES, 2011).

Essas mudanças têm impactado sobre a estrutura etária da população do país, refletindo o continuado estreitamento da base da pirâmide populacional. Esse fato é registrado pela **Tabela 1** que apresenta a contribuição porcentual dos grandes grupos etários à população total ao longo dos últimos cinco Censos (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

TABELA 1: Distribuição proporcional da população, segundo grandes grupos etários em 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

%	1970	1980	1991	2000	2010
0-14 anos	42,1	38,2	34,7	29,6	24,1
15-59 anos	52,8	55,7	58,0	61,8	65,1
60 anos e +	5,1	6,1	7,3	8,6	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (Censo 1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Elaboração própria.

A Tabela 1 revela um alargamento do topo da pirâmide com o aumento da participação relativa dos maiores de 60 anos de idade, indicando um movimento de crescente envelhecimento da população brasileira. Nesse sentido, se registra uma continuada diminuição da participação dos menores (0-14 anos) reflexo da queda da fecundidade e do aumento da esperança de vida.

Dentre os fenômenos demográficos propiciadores dessa rápida transição demográfica no Brasil é de especial relevância para essa dissertação entender as características do declínio da fecundidade. Os dados do Censo de 1991 revelavam que nesse ano, 35% das mulheres brasileiras já se encontravam sobre um regime de fecundidade abaixo do nível de reposição, - que é a média de 2,1 filhos por mulher - enquanto no registro do ano 2000 esta porcentagem aumentou para 42% das mulheres do país (BERQUO; CAVENAGHI, 2014). Pois é nesse cenário de baixa fecundidade em que uma parcela de mulheres não consegue atingir uma satisfatória concretização das suas preferências reprodutivas, no que diz respeito ao número de filhos que declaram que desejariam ter. Ou seja, é nesse cenário de baixa fecundidade que se insere o objeto de estudo dessa dissertação: a discrepância por falta entre a fecundidade desejada e a concretizada.

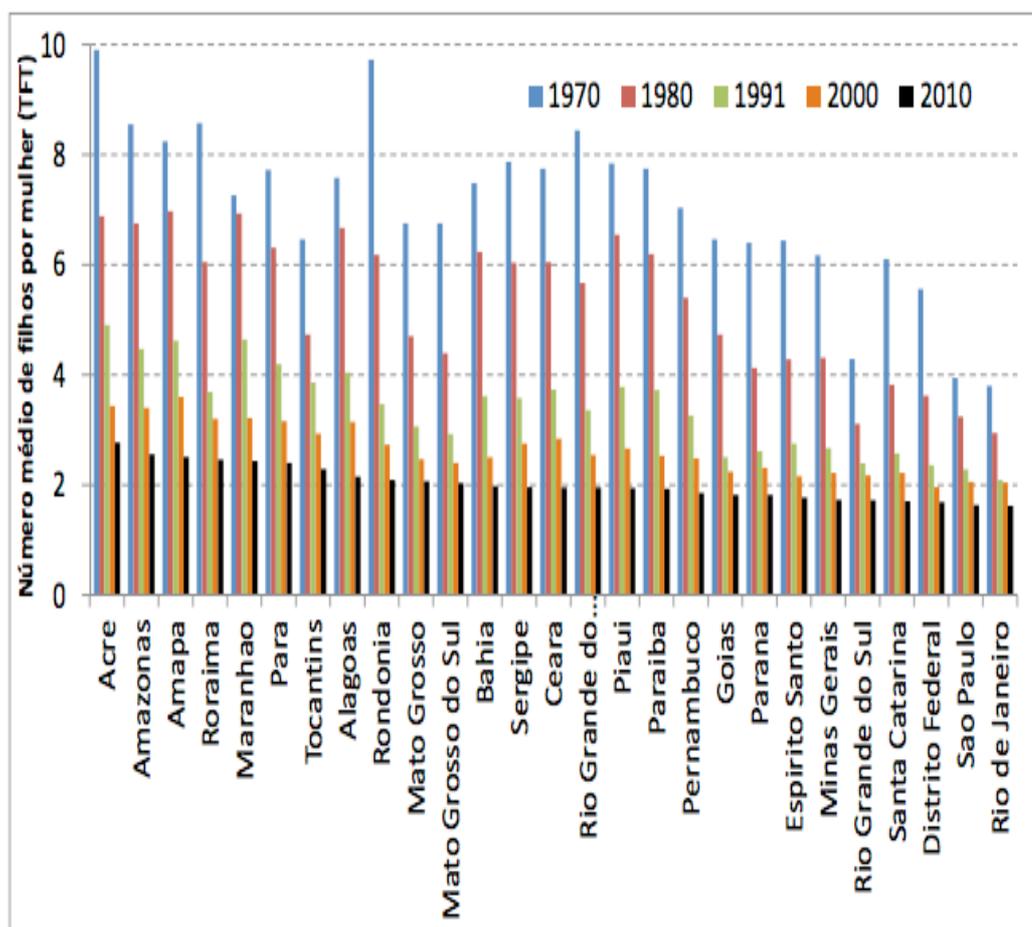
As características do processo de transição da fecundidade no Brasil e as desigualdades sociais que fazem com que o ritmo e os níveis de redução da fecundidade aconteçam de forma diferenciada entre os diversos segmentos da população feminina, serão destacadas a seguir em uma breve revisão, apontando para os principais aspectos sociodemográficos, econômicos e culturais.

Um primeiro aspecto a se destacar é a dimensão territorial que é de extrema importância em qualquer análise sobre a fecundidade no Brasil. A transição de altos níveis de fecundidade para níveis mais baixos aparece fortemente relacionada com as circunstâncias de desenvolvimento socioeconômico de cada uma das regiões. Quando se

considera as Grandes Regiões do país, por exemplo, é possível perceber por meio do Censo de 2010 que, com exceção da região Norte, todas as demais áreas já apresentam Taxas de Fecundidade Total abaixo do nível de reposição (BERQUO e CAVENAGHI, 2014).

Entre as Unidades Federativas, no Censo de 1970 se registrou enormes diferenças nos níveis da TFT. O **Gráfico 1** mostra que esta taxa (TFT) oscilava desde 10 filhos por mulher em estados como Acre ou Rondônia, até abaixo de 4 filhos por mulher nas UF's de São Paulo e Rio de Janeiro. Isto ajuda a ter uma ideia dos distintos estágios de transição da fecundidade ao longo do território brasileiro. Os dados do 2010 ainda refletem essas diferenças regionais, mas a variação entre elas é bem menor do que em décadas passadas. Os estados do Acre e Rondônia apresentavam nos dados do último censo uma TFT de 2,82 e 2,15 filhos por mulher, respectivamente, já as unidades federativas de São Paulo e Rio de Janeiro mostram taxas abaixo do nível de reposição - 1,67 e 1,68, respectivamente.

GRÁFICO 1: Taxa de Fecundidade Total (TFT), Unidades da Federação do Brasil, 1970 - 2010



Fonte: IBGE (Censo 1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Cavenaghi e Alves (2011).

Quanto as características da população feminina o aumento do nível de escolaridade das mulheres é um dos fatores que contribuem para as mudanças no comportamento reprodutivo. Como mostra a **Tabela 2**, abaixo, existe uma diferença importante na fecundidade (expressa pela TFT) das mulheres que tem acumulado mais anos de estudos e aquelas que tem um nível de escolaridade mais baixo. A **Tabela 2** reflete a importância de levar em consideração o nível educacional para analisar a fecundidade. A massiva escolarização das meninas ao longo das últimas décadas tem reduzido algumas desigualdades. Com respeito as mudanças acontecidas no último decênio no Brasil cabe ressaltar que a diminuição da Taxa de Fecundidade Total, que atingia 2,4 filhos por mulher no ano 2000, e que no ano 2010 caiu para 1,86 filhos por mulher, se deve principalmente à redução da fecundidade das mulheres com menos anos de estudo, que exibiam uma TFT de 3,8 filhos por mulher no começo do século XXI e que, dez anos depois atinge o valor de 3,0 filhos por mulher no último Censo (BERQUO; CAVENAGHI, 2014).

TABELA 2: Taxa de Fecundidade Total (TFT) e distribuição percentual das mulheres segundo anos de estudo - Brasil 2000 e 2010

	2000		2010	
	TFT	Distribuição percentual das mulheres	TFT	Distribuição percentual das mulheres
0-3 anos de estudo	3,8	19%	3,0	14,1%
4-8 anos de estudo	2,8	42,9%	2,6	28,0%
9-11 anos de estudo	1,6	28,1%	1,8	39,1%
12 ou mais anos de estudo	1,1	9,2%	1,2	18,8%
Total	2,4	100%	1,86	100%

Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010). Cavenaghi e Berquo (2014).

Na **Tabela 2** chama a atenção os dados das mulheres com mais de 9 anos de estudo, cuja TFT exibe um ligeiro aumento no último decênio. Este aumento pode ser interpretado a partir da mudança na composição da população feminina segundo a escolaridade. Assim, no ano 2000, a participação das mulheres com 9 ou mais anos de estudo era de 37,3% no total das mulheres de 15 a 49 anos, e no ano de 2010, essa porcentagem de mulheres com alto nível educacional aumentou atingindo o patamar de 57,9% (BERQUO; CAVENAGHI, 2014).

A esse respeito cabe destacar aqui a reflexão de como o aumento do nível de escolaridade nas últimas décadas tem atenuado algumas desigualdades e que tinham como reflexo TFTs muito dispares. Assim, Oliveira; Vieira e Marcondes (2015) chamam a atenção para o fato de que o nível de fecundidade das mulheres brasileiras em 2010 (1,9 filhos em média) equivalia àquele que as mulheres com ensino superior completo já haviam registrado no censo de 1970.

Dentro dessa reflexão os dados da **Tabela 2** revelam que as mulheres com 9 anos de estudo ou mais exibem uma TFT abaixo do nível de reposição, já no ano de 2000. A universalização do ensino fundamental e a maior permanência na escola, tem ampliado a escolarização, principalmente, das meninas nas últimas décadas, a tendência é que as próximas gerações sejam cada vez mais escolarizadas. O que leva a questionamentos sobre como os diferenciais de fecundidade serão afetados com as mudanças que já se mostram na estrutura etária da população feminina por nível de escolaridade; isso pode significar, como já tem apontado alguns autores (WONG, 2000; RIOS-NETO, 2000; CAVENAGHI; ALVES, 2009), que assistiremos nas próximas décadas a um declínio da fecundidade abaixo do nível de 1,5 filhos por mulher (BERQUO; CAVENAGHI, 2014; WONG, 2000; RIOS-NETO, 2000; CAVENAGHI; ALVES, 2009).

Outra questão que surge é que a ampliação do período de escolarização tende a impactar sobre o início da vida reprodutiva levando ao adiamento da transição para a maternidade, podendo até mesmo encurtar o período para realizar a reprodução, afinal com a maior acumulação de anos de estudo as mulheres passariam a ter filhos cada vez mais tarde (CAVENAGHI; ALVES, 2011). Segundo essa hipótese de que a acumulação de mais anos de estudo significa também que as mulheres fazem um maior investimento na formação acadêmica, desenvolvendo, conseqüentemente, expectativas de ter uma vida laboral e aspirações de desenvolvimento de outros projetos de vida para além de casar e ter filhos.

Porém, no Brasil, não tem se registrado um massivo adiamento da maternidade e a idade média das mulheres ao se tornarem mães permanece sendo em idades relativamente jovens. Em 2010, segundo o Censo Demográfico, a idade média da fecundidade foi de 26,8 anos de idade, caracterizando um padrão de fecundidade relativamente jovem, se comparado a outras experiências, para o estágio da Transição Demográfica no qual o país se encontra. Esse padrão jovem ainda se deve fundamentalmente ao peso da contribuição da fecundidade das mulheres com menor

renda e menor escolaridade, que continuam se tornando mães em idades bem jovens (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015; CAVENAGHI; ALVES, 2011; IBGE, 2010).

A renda é considerada outra dimensão importante na compreensão das diferenças de fecundidade. A **Tabela 3** mostra, por exemplo, que o rendimento médio mensal domiciliar se associa à fecundidade das mulheres por uma relação inversa: quanto maior a renda menor a TFT, enquanto menores rendas revelam maiores taxas de filhos por mulher. Diferentemente do caso da educação, neste tipo de mensuração segundo a renda, em todos os grupos socioeconômicos se registraram uma diminuição na TFT, entre os registros censais de 2000 e 2010. Em diferentes níveis, todos os valores declinaram, independentemente do estrato econômico em que se encontram as mulheres analisadas, o que vem a confirmar a hipótese de que a queda da fecundidade no Brasil é um fenômeno generalizado (CAVENAGHI; BERQUÓ, 2014).

TABELA 3: Taxa de Fecundidade Total (TFT) por rendimento domiciliar. Brasil 2000 e 2010

	2000	2010
Sem rendimento e até 1/4 SM	4,6	3.3
1/4 a 1/2 SM	3.2	2.6
1/2 a 1 SM	2.4	1.9
1 a 2 SM	1.8	1.3
2 a 3 SM	1.4	1.1
3 a 5 SM	1.3	1.1
5 ou mais SM	1.2	1.1
Total	2.4	1.86

Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010). Cavenaghi e Berquo (2014).

No que se refere a comparação nos dois anos destacados na **Tabela 3** cabe ressaltar as mudanças experimentadas pelos grupos de menor renda domiciliar, que no Censo de 2000 registravam taxas acima de 4 filhos por mulher. Enquanto no Censo de 2010, mostram uma diminuição para até 3,3 filhos por mulher. A diferença entre estratos de renda domiciliar é menor no Censo 2010 e se registra uma convergência, principalmente, entre os grupos a partir de 1 salário mínimo. Aqueles que estão nas faixas de menor renda, até ½ salário mínimo, continuam com taxas bem acima da taxa de reposição. Acompanhando a análise de Berquó e Lima (2008) sobre as mudanças na distribuição das mulheres nos diferentes grupos, nesse caso segundo a renda domiciliar, cabe destacar que no ano de 2000 as mulheres que tinham uma TFT abaixo do nível de

reposição eram 48,1% do total das mulheres, aquelas que tinham como remuneração 1 salário mínimo ou mais se encontravam nesta situação. No ano 2010 essa porcentagem aumenta para 66,3% do total das mulheres, pois aquelas que ganhavam uma remuneração entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo se somaram aos estratos econômicos que mostram uma TFT abaixo do nível de reposição.

Depois desse panorama geral é preciso sublinhar que o fato de as taxas de fecundidade se manterem em níveis abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher) por um longo tempo, o equilíbrio pressuposto no modelo da Transição Demográfica entre a natalidade e a mortalidade é alterado e coloca um importante desafio a ser enfrentado pelas sociedades para garantir a reprodução social. No próximo subitem se trata de fazer uma breve revisão de quais tem sido os aportes teóricos da ciência demográfica para explicar este novo cenário.

- **Reflexões sobre a transição da fecundidade**

A queda da fecundidade é um processo multicausal (PARDO; VARELA, 2013), o que torna a tomada da decisão em relação a ter ou não determinado número de filhos um processo extremamente complexo, que engloba dimensões biológicas, psicológicas, econômicas, culturais e sociais (BECKMAN, 1983; CARVALHO, 2014).

As reflexões teóricas que buscam entender e explicar comportamentos reprodutivos, ou mais especificamente, o que cerca a decisão de ter filhos e quantos filhos ter assumem perspectivas diversas. Essa revisão bibliográfica aponta brevemente quais tem sido algumas das principais abordagens explicativas desse fenômeno demográfico.

Do campo da Economia se formulou a teoria econômica da fecundidade cujos principais expoentes foram Becker (1981); Leibenstein (1974) e Easterlin (1975). Essa vertente teórica vem a explicar que as motivações relacionadas ao tamanho de família são em grande medida racionais. O indivíduo fará um cálculo das vantagens e desvantagens de se ter ou não ter (mais) um filho, segundo uma racionalidade econômica. Essa balança entre custo-benefício teria sofrido alterações no curso da mudança social das últimas décadas, provocando e sendo provocado por transformações no comportamento reprodutivo das mulheres. Assim, os custos que envolvem um filho teriam aumentado na atualidade exigindo um maior investimento dos pais na criação de cada um deles (por exemplo, na educação formal). E ao mesmo tempo os benefícios de se ter um filho que era uma mão de obra a mais para o sustento da família e garantia de

certos cuidados para os pais na velhice já não contariam na balança. Essa teoria explicativa da queda da fecundidade tem acumulado amplas críticas que apontam o seu caráter economicista que simplifica o complexo fenômeno da decisão de se ter filhos, assim como as motivações dos progenitores.

É importante apontar que a decisão de ter um ou mais filhos não é inteiramente individual, afinal está submetida a muitos outros fatores de pressão e controle social. (CARVALHO, 2014). As mudanças sociais acontecidas a partir da segunda metade do século passado refletem transformações nas práticas sociais, nos valores morais, culturais e câmbios institucionais e legislativos, nos países ocidentais, que foram largamente debatidos por Lesthaeghe e Van de Kaa (1986) na elaboração do que chamaram de Segunda Transição Demográfica (STD).

A STD se caracteriza pelo declínio e manutenção ao longo do tempo das taxas de fecundidade a patamares abaixo de 2,1 filhos por mulher. Essa abordagem proporciona outro marco teórico para aprofundar a compreensão dos atuais determinantes do comportamento reprodutivo que influenciariam as preferências reprodutivas e a sua implementação. Os autores identificaram novos padrões de comportamento, que seriam em grande parte consequência da crescente individualização (busca por auto realização) e secularização das sociedades contemporâneas. Estes novos padrões se expressam na maior variedade de arranjos familiares, no crescimento das taxas de divórcio, diminuição dos casamentos e crescimento das coabitações, no desenvolvimento profissional feminino, na ampla disseminação do uso de anticoncepcionais modernos, na desconexão entre casamento e procriação, na revolução sexual..., um conjunto de eventos e práticas sociais que por sua vez têm um forte impacto na fecundidade.

A ideia de uma STD tem gerado controvérsias na academia, de quem aponta que a sucessão de mudanças é apenas a continuação da Primeira Transição Demográfica, segundo Livi-Bacci (2001). A crítica vai além apontando que a STD não seria nem segunda, nem transição, nem demográfica pois não considera as componentes demográficas básicas (nascimentos e mortes) como determinantes para a transição (CARVALHO, 2014). Acompanhando a reflexão de Oliveira (2012) a proposta teórica da STD versa mais sobre as mudanças ideacionais do que, de fato, de mudanças estruturais, o que põe em dúvida, segundo a autora, se a teoria consegue dar conta de explicar os complexos processos que estão inseridas as dinâmicas demográficas. Pensando no contexto brasileiro, a principal característica da STD, TFT abaixo do nível

de reposição se faz presente, porém, não se registra como causa principal desta queda, por exemplo, o adiamento generalizado da maternidade. Assim como outros eventos destacados na STD, como; a alta coabitação, divórcios, filhos fora do casamento ou o trabalho feminino, possuem significados culturais específicos que não se assemelham aos processos ocorridos nas sociedades europeias, o que torna a Segunda Transição Demográfica restrita para refletir o caso brasileiro (OLIVEIRA, 2012).

Como tem sido apontado, os níveis baixos e muito baixos de fecundidade de países europeus, principalmente, têm sido estudados e relacionados com os constrangimentos da vida moderna das mulheres, desde a perspectiva da incorporação no mercado laboral até o prisma das cargas desiguais para homens e mulheres no âmbito da vida familiar (ADSERA, 2006; BONGAARTS, 1992).

Nesse sentido, uma outra reflexão teórica é a proposta por McDonald (2000a), que defende que os níveis muito baixos de fecundidade atingidos na maioria dos países “desenvolvidos” podem ser explicados em termos de uma incoerência entre os níveis de equidade de gênero aplicados nas diferentes instituições sociais. Enquanto instituições sociais da esfera pública como a escola e o mercado de trabalho garantem possibilidades iguais para homens e mulheres, o mesmo não acontece com a instituição familiar que se caracteriza por relações de gênero ainda extremamente desiguais, sendo as mulheres sobrecarregadas com todas as responsabilidades relacionadas à reprodução (MCDONALD, 2000a). As mulheres têm oportunidades de acesso parecidas aos homens no mercado de trabalho e, em geral, também igual acesso à educação, mas ditas oportunidades são severamente reduzidas quando as mulheres se tornam mães, pois serão elas quem terão que se encarregar da maior parte do peso da criação dos filhos. Essa desigual responsabilidade dos parceiros dentro do núcleo familiar, em particular no que se refere a criação dos filhos, exerceria uma pressão sobre as mulheres que as levariam a restringir o número de filhos para não ter que abrir mão das outras aspirações que teriam em sua vida pessoal. Esse contexto social, se não for alterado, por sua vez, tenderá a manter a fecundidade em níveis muito baixos por um longo período. Resolver esta inequidade é tarefa necessária para reverter a fecundidade muito baixa e as consequências que ela terá para o futuro das populações dos países que atingem já agora taxas muito abaixo do nível de reposição (MCDONALD, 2000a).

Sobre essa questão, Zavala de Cosio (2003) defende que de modo geral a região da América Latina tem sofrido profundas transformações nas relações sociais de gênero durante estas últimas décadas, que têm reflexos nos marcos legais, entre esses estão os

direitos reprodutivos e sexuais. Mas ainda é grande o gap entre os gêneros na esfera da família (a criação dos filhos, as tarefas domésticas e geração de renda), assim como na esfera do trabalho formal (diferença de salário por igual trabalho) ou na participação na vida pública.

Como tem sido apontado nas reflexões anteriores são grandes as mudanças observadas e registradas ao longo das últimas décadas no comportamento, (não só) reprodutivo das mulheres brasileiras, gerando transformações nas intenções reprodutivas e nas possibilidades de concretizar essas preferências. O próximo item aprofunda a análise específica dessas transformações.

1.2 Intenções/Preferências reprodutivas e as discrepâncias por excesso e falta da fecundidade concretizada

Um dos temas apontados nos estudos que procuram refletir sobre os comportamentos reprodutivos, que explique os níveis e padrões de fecundidade, diz respeito à concepção social sobre o tamanho ideal de família e as condições para concretizar as preferências reprodutivas femininas.

Durante muito tempo, a preocupação dos estudiosos e gestores de políticas foram com os casos em que o número de filhos tidos pela mulher superava o tamanho de família declarado como ideal. Porém com a intensa redução das taxas de fecundidade atingindo níveis abaixo da reposição da população, inclusive nos países em desenvolvimento, a impossibilidade de atingir o número de filhos desejado tem surgido cada vez mais como uma questão para os estudos sobre comportamento reprodutivo. É justamente esse hiato entre a fecundidade desejada e a fecundidade concretizada que se constitui o objeto de estudo desta dissertação.

Para contextualizar essa diferença cabe fazer uma revisão de como tem se desenvolvido esta dicotomia entre mulheres que tem um “**excesso**” de fecundidade e aquelas outras que tem uma “**falta**” em relação ao número ideal de filhos declarado. Nos dados da DHS 1996, a TFT das mulheres brasileiras se encontrava em 3,3 filhos por mulher e a fecundidade desejada em 2,2 filhos por mulher. Ou seja, as mulheres brasileiras, em média, tinham uma discrepância por excesso na concretização das suas preferências reprodutivas. Esse tipo de situação tem melhorado notoriamente com o aumento do acesso e do uso dos anticoncepcionais modernos e do planejamento familiar.

Nos dados da PNDS 2006 a situação teria se invertido, pois a TFT das mulheres brasileiras se encontra em 1,8 filhos por mulher e a média de filhos desejados por elas é

de 2,09 filhos, isso nos leva a pensar, como aponta Wong (2008), que na situação de baixa fecundidade (abaixo do nível de reposição), e com uma TFT que continua diminuindo, uma parcela das mulheres brasileiras não estaria conseguindo implementar suas preferências reprodutivas.

Porém, esses indicadores exibem média da fecundidade fazendo com que as diversas realidades que compõem esse cenário sejam ocultadas. Dessa forma, encontramos hoje no país diferentes estágios de um processo no qual as mulheres de alguns territórios, de alguns segmentos socioeconômicos, ainda teriam um excesso da fecundidade se comparado a desejada, e outras acusam um déficit entre a fecundidade desejada e a fecundidade concretizada. Por isso, embora as mulheres foco dessa dissertação sejam aquelas que tem discrepância por falta com a concretização das suas preferências reprodutivas, na análise serão levadas em consideração também as mulheres que tem discrepância por excesso para assim avaliar a distribuição das mulheres nas diferentes categorias de concretização das suas preferências reprodutivas.

A informação sobre o número de filhos desejado tem relevância pois pode apontar o sentido da tendência de fecundidade. Indicar se a direção seria de aumento ou declínio caso as mulheres de fato conseguissem implementar as suas intenções reprodutivas, considerando que todos os direitos básicos da saúde reprodutiva da mulher fossem realmente garantidos e não havendo constrangimentos de outras ordens. Por isso resulta interessante esse tipo de análise combinada entre as preferências reprodutivas e a implementação das mesmas.

O tratamento desse tema, das mulheres que tem discrepância por falta, em relação às populações da América Latina é escasso. Esta carência está relacionada a diferente situação das transições demográficas na região. Além do fenômeno ser relativamente recente, ainda coexistem na região diferentes realidades no que respeita a fecundidade, de forma que convivem segmentos de mulheres com altas e reduzidas taxas de fecundidade. E algumas evidências empíricas têm mostrado o crescimento da parcela de mulheres que desejam um maior número de filhos do que efetivamente tem.

A ocorrência desse fenômeno na região foi estudada por Hakkert (2003) que mostrou o percentual das mulheres que alcançam o fim do seu período produtivo com menos crianças sobreviventes do que o desejado. Esse percentual variou entre 24,2% das mulheres entre 45 e 49 anos da Nicarágua (ENDESA, 1998) até 41,1% na República Dominicana (ENDESA, 1996). Nos dados brasileiros da DHS 1996, o autor aponta que

30% das mulheres da última faixa etária do período reprodutivo já apresentavam discrepância entre suas preferências individuais e os resultados da fecundidade que tinham acumulado ao longo desse período.

Outras perspectivas da literatura acerca do entendimento da implementação das preferências reprodutivas na região são as análises de Wong (2008) sobre o Haiti, Colômbia e República Dominicana, assim como do Peri e Pardo (2008) sobre o Uruguai. Estas pesquisas indicam que o fenômeno estaria sendo generalizado em todas as camadas sociais. Pois, cada vez mais, a baixa fecundidade tem se disseminado pelos diferentes segmentos sociais de mulheres latino-americanas, e decorrente disso ampliariam as possibilidades de que mais mulheres com uma baixa fecundidade tenham menos filhos do que o declarado como ideal.

Por outro lado, é muito interessante a atual controvérsia na academia sobre se a queda de fecundidade para níveis abaixo da reposição tem ou não sido acompanhada por uma correspondente queda nas intenções de fecundidade. Exemplos de visões que apontam a inexistência deste paralelo são os estudos de Goldstein (2003) e de Bongaarts (2001), que revisam em vários países em desenvolvimento a chamada “fertility preference transition”. Porém, segundo os mesmos autores, algumas evidências em países europeus são alarmantes neste sentido, são os casos, por exemplo, de Áustria e Alemanha, onde a fecundidade desejada está também abaixo do nível de reposição.

Em algumas áreas do Brasil, segundo os dados da PNDS 2006, já está se reproduzindo esta situação, por exemplo, na região Sul, onde a fecundidade desejada está em 2,0 filhos por mulher. Será, sem dúvida, um dos desafios fundamentais do futuro o fato de que nem se quer a fecundidade desejada está conseguindo atingir os níveis que garantem uma reposição da população, indicando assim que o ideal de família está se modificando de forma substancial, a médio e longo prazo se constituindo em um desafio para lidar com o crescente envelhecimento populacional, a composição do mercado de trabalho e a sustentabilidade do sistema previdenciário (CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2014).

Evidente a relevância e a necessidade de estudos que abordem esta questão no âmbito latino-americano, a fim de identificar a relação e contribuição das variáveis socioeconômicas, demográficas e culturais no comportamento da fecundidade em geral e, especificamente, no comportamento da mulher que tem menos filhos que o declarado como desejado. Essa relevância vem marcada pelas importantes repercussões

demográficas, sociais e econômicas da manutenção ao longo do tempo de níveis muito baixos de fecundidade.

- **Reflexões e evidências empíricas sobre a discrepância por falta**

Para avaliar a ocorrência do fenômeno da discrepância de fecundidade no Brasil e a importância desse objeto de estudo como foco da pesquisa, aborda-se neste subitem uma primeira aproximação aos dados da PNDS 2006, que serão apresentados mais detalhadamente no terceiro capítulo da dissertação.

Em seu estudo, utilizando dados da PNDS 2006, Berquó e Lima (2008) mostram algumas evidências, resumidas abaixo na **Quadro 1**. Segundo mostra a **Quadro 1**, as mulheres em idade reprodutiva – 15 a 49 anos de idade - que em maioria relativa não apresentaram discrepância de fecundidade são aquelas que tiveram 2 filhos nascidos vivos, o que correspondia com o tamanho ideal de família declarado por elas em 62,5% dos casos. Dentre aquelas mulheres que só tiveram um filho, 31,1% delas não tem discrepância, pois o número de filhos declarado como ideal também foi de um filho. Mas no mesmo contingente das mulheres que são mães de apenas um filho, 48,9% desejaria ter 2 filhos, ou seja, quase a metade das mulheres que já tiveram um filho gostaria de ter outro, o que significa que até o momento da pesquisa não teriam conseguido implementar o que era a preferência delas. O mesmo caso se dá, como esperado, em percentagens maiores no que se refere às mulheres que não tiveram nenhum filho, 18,8% delas gostaria de ter um filho e 57,3% declararam que o seu tamanho ideal de família seria dois filhos. Segundo a **Quadro 1**, 8,3% das mulheres que não foram mães desejam de fato não ter descendência.

QUADRO 1: Distribuição percentual de todas as mulheres (15-49) por número ideal de filhos, número médio ideal de filhos para todas as mulheres e para as atualmente unidas, segundo o número de filhos vivos - Brasil 2006

Número ideal de filhos	Número de filhos vivos ¹							Total
	0	1	2	3	4	5	6 ou +	
Nenhum	8,3	4,7	5,5	9,0	8,1	5,5	10,5	6,8
1	18,8	31,1	8,2	13,2	14,3	8,5	9,1	17,8
2	57,3	48,9	62,5	18,4	38,4	42,8	44,3	50,7
3	12,7	11,0	15,5	42,9	5,8	9,0	10,1	16,2
4	1,7	2,5	6,1	10,0	24,8	6,1	5,2	5,1
5	0,6	1,1	1,3	3,2	2,2	20,8	1,1	1,6
6 ou mais	0,7	0,7	1,0	3,4	6,5	7,4	19,7	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Número de mulheres	4421	3194	3810	2147	905	408	461	15346
Todas as mulheres								
Número ideal médio	1,9	1,8	2,2	2,6	2,7	3,0	3,0	2,1
Número de mulheres	4421	3194	3810	2147	905	408	461	15346 ^a
Mulheres casadas/unidas								
Número ideal médio	1,9	1,9	2,2	2,7	2,8	3,1	3,0	2,2
Número de mulheres	983	2361	3238	1821	744	337	380	9864 ^b

¹Inclui gravidez atual.

^aDeste total estão excluídos 227 casos com informação ignorada para o número ideal de filhos e dois casos com informação ignorada para o número de filhos vivos.

^bDeste total estão excluídos 124 casos com informação ignorada para o número ideal de filhos e um caso com informação ignorada para o número de filhos vivos.

Fonte: PNDS 2006. Extraído de Berquo e Lima (2008).

Em resumo, destaca-se da **Quadro 1** que essas mulheres discrepantes são em sua maioria aquelas que não tendo nenhum filho gostariam de ter um (18,8%) ou desejariam

ter dois (57,3%), e aquelas que já são mães de um filho gostariam de ter mais um (48,9%).

Um questionamento que surge dessa **Quadro 1**, que apresenta os dados referentes as mulheres de 15 a 49 anos, se refere a qual é o peso nessas respostas dos grupos etários mais jovens, os quais ainda tem a maior parte do período reprodutivo pela frente e assim ainda poderiam implementar suas preferências reprodutivas. Dessa forma, para pensar sobre a questão da discrepância este estudo utilizará só os dados das mulheres na faixa dos 40 a 49 anos, ou seja, aquelas que estão nos últimos anos do período fértil, pois são as que teriam as melhores condições para avaliar se conseguiram concretizar suas preferências reprodutivas satisfatoriamente ou não. Nos grupos etários mais jovens as preferências podem ainda mudar assim como os meios que possibilitem a concretização da fecundidade. Tornando a informação mais inconsistente do que seria para o grupo etário mais avançado (Anexo 1).

A mensuração das preferências reprodutivas é um dos assuntos polêmicos na bibliografia demográfica por conta de sua validade e confiabilidade. No trabalho de Carvalho (2014) se faz uma ampla revisão das críticas feitas aos indicadores de fecundidade desejada disponíveis, que refletiriam as expectativas de se ter um filho, mas não ofereceriam uma medida confiável do evento.

A primeira crítica, apontada por Philipov et al. (2009), assinala a natureza longitudinal do fenômeno estudado e como o objeto de estudo em si mesmo, isto é, o número de filhos previstos, só poderá ser confirmado décadas após as intenções terem sido medidas. Nesse sentido, Santellii et al. (2009) indica a diferença entre “pretender engravidar” e a “vontade de estar grávida”, assinalando que as intenções de gravidez são o produto de múltiplas e complexas forças sociais e econômicas que podem mudar ao longo do período reprodutivo.

Carvalho; Wong e Miranda-Ribeiro (2014) apontam uma interessante reflexão sobre a diferença entre o desejo de ter mais filhos e a intenção de tê-los. O primeiro reflete um objetivo que não necessariamente será atingido. Já as intenções representam uma meta mais específica e um compromisso de alcança-lo.

No desenvolvimento da crítica aos indicadores que mensuram as intenções/desejos de fecundidade destaca-se também a análise de Gauthier (2007), que aponta que estas medidas poderiam estar refletindo mais do que as preferências pessoais, mas concomitantemente certas normas sociais e ideias de famílias socialmente construídos.

Hakkert (2003) também nos apresenta a crítica às perguntas que permitem mensurar as intenções reprodutivas das mulheres e questiona se os quesitos sobre o tamanho de família ideal são suficientemente bem entendidos pelas mulheres entrevistadas. Assim como aponta ao fato que as pessoas entrevistadas podem não ter uma meta de fecundidade definida, o que exigiria que as mulheres fizessem uma racionalização do comportamento efetivo delas, o que poderia comprometer a validade de sua resposta.

Como resposta ao tão questionado indicador, teóricos têm se debruçado sobre essa problemática. Dentre as reinterpretações de como mensurar esse índice destaca-se a análise de Bongaarts (1992), na qual cria a “nova taxa total de fecundidade desejada” (NTTFD) que se baseia inteiramente nas informações sobre a fecundidade efetiva dos últimos um ou dois anos e no fato de que se as mulheres querem mais filhos/as no futuro. Assim se evitaria a crítica a posteriori da racionalização do comportamento efetivo das mulheres entrevistadas, apontada por Hakkert (2003), e se incluiriam os desejos que resultam da necessidade de compensar a mortalidade infantil. Esta NTTFD tem sido amplamente criticada por ter como resultado uma tendência a superestimação da fecundidade desejada (BHUSHAN; HILL, 1995 *apud* HAKKERT, 2003) e embora não tenha sido de grande utilidade para os estudos decorrentes, serve aqui como mostra da preocupação da literatura por encontrar medidas mais ajustadas para a mensuração das intenções reprodutivas.

Apesar das críticas, os indicadores de preferências ainda constituem uma referência única para refletir acerca da discrepância entre fecundidade desejada e fecundidade concretizada de fato nos contextos sociais que cercam a baixa fecundidade contemporânea.

Esta dissertação utiliza o indicador de fecundidade desejada como sinalizador para pensar sobre os contextos de discrepância, auxiliando na reflexão sobre as possíveis restrições/constrangimentos para implementar ditas preferências reprodutivas, como indica Berquó e Lima (2008). Cientes das críticas, o trabalho não pretende mensurar especificamente o “déficit” de filhos que as mulheres brasileiras têm, mas utilizar essa discrepância por falta como um indicador para refletir sobre as condições sociais das mulheres que teriam dificuldades para implementar suas preferências reprodutivas no contexto atual de baixa fecundidade.

- **Concretização das preferências reprodutivas enquanto direitos**

Os constrangimentos que enfrentam as mulheres para concretizar suas preferências de fecundidade, que geram discrepâncias entre a fecundidade desejada e a fecundidade materializada, poderiam ser interpretados também como uma violação dos direitos reprodutivos da mulher.

Entende-se que essa violação de direitos reprodutivos se dá em função da pressão exercida pelo contexto econômico e sociocultural, mais do que pelo desejo/intenção, das escolhas individuais ou dos casais na tomada de decisão de ter um número menor de filhos. Nessa perspectiva, autores se referem a "*necessidade não atendida de crianças*" como resultado de restrições biológicas, econômicas e sociais para conseguir atingir o declarado tamanho ideal da família. Esta pressão é, portanto, um fenômeno que requer mais estudos detalhados que permitam subsidiar as elaborações de ações ou políticas públicas que o abordem (CEPAL, 1998; PHILIPPOV et al., 2009; LIEFBROER, 2009; CARVALHO, 2014).

Ainda a respeito das preferências reprodutivas como um direito, cabe ressaltar que já na Conferência do Cairo, realizada em 1994, as reivindicações dos grupos feministas sobre os direitos reprodutivos das mulheres ao largo do mundo se converteu em um tópico central da reunião (ALVES; CORRÊA, 2009) O novo paradigma que emerge da Conferência do Cairo de 1994 sublinha a importância de que as políticas sociais tenham um ponto de vista mais amplo, que não só a questão da contracepção, incluindo uma perspectiva de gênero que contemple as questões de sexualidade e reprodução enquanto direitos.

Especificamente no contexto brasileiro a dimensão histórica dos direitos sexuais e reprodutivos começou décadas antes da reunião no Cairo (1994). Já nos anos 70 em um contexto de transformações culturais e políticas se põe de manifesto a presença do feminismo na defesa dos direitos das mulheres no campo da saúde e reprodução. O final da ditadura e o início do processo de redemocratização do país (1984) constituiu um cenário favorável para que essas reivindicações fossem contempladas na democracia. Os debates sobre a necessidade de políticas públicas específicas para as mulheres foram concretizados na criação dos Conselhos e Secretarias de Mulheres e o PAISM (1983) que se encarregaram de abordar entre outras questões como o aborto, a esterilização, o direito a educação sexual ou o planejamento familiar, lidando ao mesmo tempo com a

criação do SUS. Nas palavras de Corrêa (1993), “a perspectiva feminista traduzia uma agenda política radical em um instrumento eficaz de inclusão e de tentativa de redução das desigualdades sociais” (ARILHA; BERQUÓ, 2009).

Assim, desde as últimas décadas do século XX no Brasil se foi definindo um conjunto de normativas a respeito da saúde sexual e reprodutiva e os direitos da mulher. Evolução caracterizada por complexos processos técnicos e políticos. Não é possível entender esses debates no Brasil sem serem contextualizados no marco dos acordos e tratados assignados pelo país no âmbito internacional, como na Conferência do Cairo referida anteriormente. Ao mesmo tempo se articularam mudanças na relação entre cidadania, sexualidade e reprodução o que teve seu reflexo na redação da Constituição de 1988, que no parágrafo 7 do artigo 226, trata como: “fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito, vedado qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (ARILHA; BERQUÓ, 2009, p. 90).

Em linhas gerais o saldo no Brasil dos avanços na saúde e direitos reprodutivos é positivo: tem se produzido progressos importantes no campo da contracepção, com uma importante redução das desigualdades regionais; somado aos grandes avanços no monitoramento do pré-natal e o parto, assim como na Aids, na saúde das mulheres negras e jovens (ARILHA; BERQUÓ, 2009).

De entre os aportes teóricos mais recentes a respeito da questão dos direitos sexuais e reprodutivos destaca a seguinte reflexão das autoras Arilha e Berquó (2009):

Para as mulheres, os direitos reprodutivos são uma construção política que inserem a reprodução das mulheres no campo da cidadania, justiça social, direitos humanos, podendo-se admitir que quando há restrições a qualquer função reprodutiva, haverá uma ausência de respeito aos direitos reprodutivos (ÁVILA, 1993). Os direitos reprodutivos, intimamente associados ao universo da sexualidade e da saúde reprodutiva, permitem redefinir políticas e condições sociais, culturais e econômicas, favorecendo a articulação entre corpo, subjetividade, cultura, política e economia; traduzem a autodeterminação reprodutiva de todas as mulheres e suas possibilidades de ser, pensar, sentir, transformar, viver, além de ampliar o discurso político da denúncia das questões pessoais para um discurso sobre social e que é de responsabilidade de todos(as) (ARILHA; BERQUÓ, 2009, p. 109).

Posicionamentos que foram reiterados na Conferência de Montevideo, celebrada em 2014, para comemorar e reavaliar os consensos nos países da região de América Latina, 20 anos após a realização da Conferência do Cairo.

Dessa maneira, pode-se entender como violação dos direitos reprodutivos das mulheres o fato de não conseguirem atingir seu tamanho ideal de família. Ou seja, que a não concretização das preferências reprodutivas estaria gerando uma violação dos direitos reprodutivos das mulheres. Uma das perspectivas de análise possível para entender tal questão é avaliar como as relações de poder desiguais entre os gêneros afetam as possibilidades de implementar as preferências reprodutivas.

1.3 Desigualdade nas relações de gênero e seu impacto na fecundidade

“[...] that higher gender inequality would produce more caring and labor work for the women, restricting their demand for children” (CASTAHEIRA; KOHLER, 2013, p. 22).

A análise da insatisfação com a concretização da fecundidade serve a esta pesquisa como um indicador para refletir sobre os possíveis constrangimentos sociais que as mulheres têm para concretizar suas preferências reprodutivas. Mais especificamente, discutir essa questão no contexto em que as mulheres articulam suas responsabilidades no âmbito familiar e as aspirações e responsabilidades da vida pública.

Este estudo incorpora a dimensão das relações de gênero como um marco analítico de relevância para o entendimento da queda da fecundidade e da implementação das preferências reprodutivas das mulheres. Propõe contribuir com o debate sobre as desigualdades nas relações de gênero, que por seu caráter transversal, afeta vários âmbitos da vida de mulheres, homens e dos casais.

Segundo Riley (2003), os estudos demográficos têm estado aquém acerca da temática de gênero, reduzindo a análise da mulher exclusivamente ao estudo da fecundidade e das variáveis individuais básicas, como educação e trabalho. Essa estratégia baseada em um modelo unidirecional e dicotômico que simplifica o complexo fenômeno da fecundidade. É comum que os estudos sobre fecundidade apresentem perspectivas restritas, como a hipótese de que o baixo status econômico da mulher leva à alta fecundidade. Ou ainda, alto status econômico, elevado nível educacional, maior grau de inclusão social, ampliação do custo por filho, maior grau de laicidade, associados ao processo de urbanização levam à patamares reduzidos de fecundidade.

Estas afirmações são corretas, cercadas por evidências empíricas, porém reduzem a complexidade do fenômeno da fecundidade a simplificações do contexto

onde o fato se produz. Um dos desafios que a Demografia tem que avançar para abranger melhores explicações neste âmbito é a incorporação do gênero como categoria analítica, não só através daquelas variáveis individuais, mas de uma forma estrutural, combinando metodologias que provavelmente vão além das quantitativas, pois, como veremos, existem inúmeros problemas para quantificar tais aspectos da realidade da mulher.

Fazendo uma revisão dos estudos demográficos que tem incorporado o conceito de gênero nas análises, destacam-se autoras como Riley (2003) que enfatiza que “Gender is more than an individual attribute, more than whether a person is a male or female”.

E que remetem a ideia de sistema, como definido por Mason:

The socially constructed expectations for male and female behavior that are found (in variable form) in every known human society. A gender system’s expectations prescribe a division of labour and responsibilities between men and women and grant different rights and obligations to them (MASON, 1997, p. 4).

E reiterado por Zavala de Cosio:

[...] entendido como un sistema de signos y símbolos, representaciones, normas, valores y prácticas que transforma las diferencias sexuales entre los seres humanos en desigualdades sociales, organizando las relaciones entre los hombres y las mujeres de manera jerárquica, valorando a lo masculino como superior a lo femenino. Como una construcción sociocultural e histórica, incluye tanto aspectos objetivos como subjetivos que preceden a los individuos pero que ellos a la vez recrean continuamente en su quehacer cotidiano (ZAVALA DE COSIO, 2005, p. 3).

Concepção essa que também tem servido de base para os grupos de trabalho da ONU pós-Conferência do Cairo:

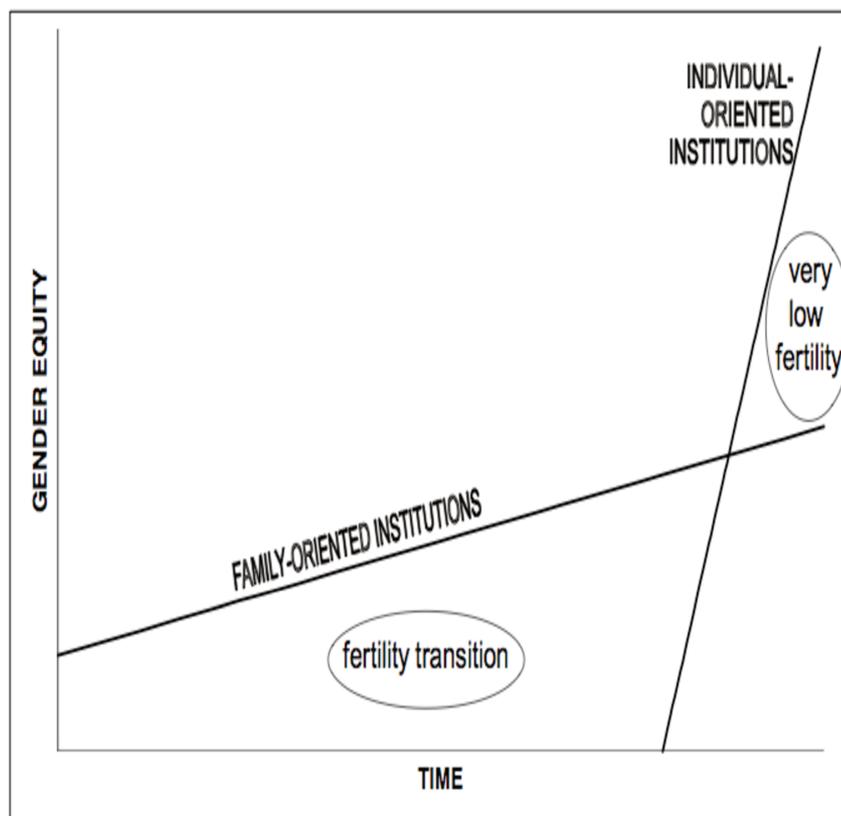
Gênero se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social. Na maioria das sociedades as relações de gênero são desiguais e desequilibradas no que se refere ao poder atribuído a mulheres e homens. As relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. Os atributos e papéis relacionados ao gênero não são determinados pelo sexo biológico. Eles são construídos histórica e socialmente e podem ser transformados (HERA, 1998 *apud* ALVES; CORRÊA, 2009, p. 131).

Segundo essas definições, o sistema de gênero estabelecido atribui a homens e mulheres posições e atribuições sociais distintas, baseados nesta dualidade sexual, isto é, a genitalidade. Esta característica tem um reflexo evidente nas responsabilidades que cada um deles desempenha dentro do núcleo familiar: gerar renda, as tarefas domésticas, a criação dos filhos e o cuidado dos dependentes; assim como no desenvolvimento da vida pública e profissional dos homens e das mulheres como indivíduos (MCDONALD, 2000a).

Para Peter McDonald (2000b) a equidade de gênero é entendida pelo autor não como uma característica individual, se não das instituições sociais, sendo um componente essencial da compreensão dos níveis de fecundidade de uma população. O autor faz uso dessa perspectiva para avaliar como os níveis de equidade de gênero nas instituições sociais manifestam-se nos indivíduos que possuem baixa fecundidade (BARTHOLO, 2009).

A teoria elaborada por Peter McDonald (2000b) propõe que os níveis muito baixos de fecundidade poderiam ser explicados por um desequilíbrio entre os níveis de equidade de gênero das instituições que lidam com o indivíduo como tal e aquelas que lidam com a família. Pois as mulheres terão de lidar com o desenvolvimento do papel da mulher-trabalhadora no cenário da vida pública ao mesmo tempo que com o papel que o modelo de família tradicional tem reservado para elas como mulheres-mães cuidadoras. Isso gera uma desconexão entre produção e reprodução social que faz com que as mulheres tenham menos filhos ou não tenham todos os filhos que gostariam de ter. A teoria do autor é representada pela figura abaixo:

FIGURA 1: Representação conceitual das mudanças no nível da equidade de gênero ao longo do tempo em instituições orientadas à família e ao indivíduo e a sua repercussão na transição da fecundidade



Fonte: McDonald (200b, p. 435).

O autor entende que as instituições orientadas aos indivíduos (mercado de trabalho ou o sistema de ensino, entre outros) tem sofrido uma profunda evolução em termos de equidade de gênero. Essas instituições lidam com homens e mulheres de maneira mais igualitária, não se baseiam em perspectivas sobre a natureza de nenhuma organização familiar. Dessa forma, eliminadas barreiras discriminatórias por sexo no acesso à instituição escolar, os níveis de escolaridade das mulheres têm sido superiores aos dos homens na maioria dos países ocidentais, assim como, tem se ampliado a condição de trabalho remunerado das mulheres no mercado de trabalho.

Porém, restam ainda questões pendentes a este respeito, como a persistência do *gap* de salários ou a precariedade de algumas das ocupações femininas no mercado laboral ou ainda a feminização de determinados setores de ocupação. Contudo, desde que as mulheres-trabalhadoras ganharam esse espaço na vida pública, suas aspirações para desenvolver carreira profissional são equiparáveis as dos homens. Essa

incorporação da mulher ao mercado laboral não pode ser interpretada só pela satisfação de necessidades econômicas ou à complementação da renda masculina na unidade familiar, mas também deve ser considerada a dimensão da autonomia, independência financeira e realização pessoal das mulheres (BARTHOLO, 2009; MCDONALD, 2000b).

Mesmo assim, esta alteração no estilo de vida das mulheres tem provocado o compartilhamento da responsabilidade na geração da renda familiar, tarefa que antes centrava-se primordialmente nos homens. Ou seja, o modelo breadwinner (ESPING ANDERSEN, 1996) tem perdido seu peso e progressivamente mais famílias contam com ambos cônjuges como provedores de renda.

Para ilustrar essa e outras questões se faz o uso da pesquisa “Gênero, Família e Trabalho no Brasil” (ARAÚJO; SCALON, 2005), a qual apresenta uma enquete com uma pequena amostra sobre as percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. Ante a afirmação de que “ambos, homens e mulheres devem contribuir para a renda familiar”, 92,4% dos homens e 93,6% das mulheres concordam que a tarefa de gerar renda é de igual responsabilidade (SORJ, 2005).

Cavenaghi e Alves (2011) apontam que apesar dos avanços conseguidos em termos de empoderamento das mulheres em diversas áreas, assim como na redução da desigualdade de gênero presente na sociedade, o resultado dessas mudanças não foi alcançado no âmbito da reprodução, afinal essa sociedade convive ainda com aspectos mais tradicionais que se reproduzem no núcleo familiar.

Contudo, segundo McDonald nas instituições orientadas a família (a própria família, e o aparato de proteção social do Welfare State, entre outros) não tem produzido essa evolução nos sistemas de gênero ao mesmo ritmo, modificando a passos lentos o modelo tradicional da divisão sexual do trabalho. Existem avanços de uma maior autodeterminação feminina com relação à procriação, contudo, isso não significa que a família se tornou uma instituição mais igualitária em termos de gênero. Pois o peso das tarefas domésticas e, sobretudo, da criação dos filhos e do cuidado dos dependentes, continua sob os ombros das mulheres-mães cuidadoras. A não mudança desses papéis está relacionada com a tradicional invisibilidade e não valorização do trabalho doméstico e que ainda hoje se justifica ao apresentar-se como uma obrigação naturalmente imbrincada à mulher (MCDONALD, 2000b; BARTHOLO, 2009).

Esta persistente falta de avanços no sentido de uma maior igualdade no âmbito da vida familiar está também relacionada ao caráter da família como peça chave da organização social e da identidade cultural. A família, como instituição patriarcal, está protegida das mudanças radicais por uma moral conservadora que a idealiza - mulher confinada à hegemonia do homem - e que frequentemente é pautada ou reiterada por valores religiosos. Nas últimas gerações tem se registrado profundas mudanças no que se refere a forma e o tempo no qual a família se constitui. Ditas mudanças são amplamente analisadas pelo texto crítico de Therborn (2004). Entretanto, estas mudanças não têm impactado de forma substancial a divisão sexual do trabalho doméstico, pelo fato da maioria de famílias continuarem sendo um núcleo de reprodução dos papéis de gênero mais tradicionais. Assim várias sociedades contemporâneas poderiam ser chamadas de sociedades pós-patriarcais, contudo, segundo Alves e Corrêa (2009) continuam vigentes mecanismos legais e culturais de subordinação das mulheres, afetando, ao ordenamento da economia, a sociabilidade cotidiana e, sobretudo, ao plano das práticas políticas, em especial no que diz respeito à permeabilidade entre lógicas pública e privada. Neste ponto cabe destacar a tese de Mason (2001), que caracterizando criticamente a tese de McDonald (2000b) como restrita, propõe incorporar as mudanças no sistema familiar como fundamentais no entendimento da questão (ALVES; CORRÊA, 2009; BARTHOLO, 2009).

Outra questão relevante levantada pela bibliografia, mas que não tem podido ser levada em consideração em toda sua magnitude por essa dissertação, é a que diz ao respeito ao papel dos homens. Segundo Razavi (2007) no século XXI quando as mulheres estão definitivamente formando parte do mundo do trabalho e da política, em nenhum país (nem nos nórdicos) os homens compartilharam, na mesma proporção, os espaços privados e as responsabilidades da reprodução social, ou seja, da esfera que as economistas feministas definem como a “economia do cuidado”. A pesquisa de Araújo e Scalon (2005), aponta para a existência de atitudes relacionadas a um maior envolvimento dos homens nas responsabilidades domésticas, embora seja um percentual muito menor do que o quesito da participação feminina na geração de renda. Assim a questão “os homens deveriam assumir mais trabalhos domésticos do que fazem atualmente” conta com a aprovação de 66,9% dos homens e de 79,7% das mulheres. E quando perguntados pela responsabilidade como pais com a questão “os homens deveriam cuidar mais das crianças do que cuidam atualmente” uma porcentagem mais elevada de 81,6% dos homens e 86,8% das mulheres concordaram, sendo esta questão

mais valorizada pelos homens do que as tarefas domésticas. Da formulação dessas perguntas poderia se inferir que 66,9% dos homens no caso das tarefas domésticas e 81,6% no caso da responsabilidade com os filhos, concordam que seu envolvimento com essas atividades atualmente não é tão suficiente quanto deveria.

Ainda segundo a tese de Mc Donald o desequilíbrio no papel que a mulher desempenha na vida pública e na vida familiar põe a maternidade e a profissão como escolhas divergentes e contribui para a queda da fecundidade para níveis abaixo da reposição, abrigoando nesse contexto uma parcela de mulheres que não conseguiram atingir o tamanho ideal de família desejado por elas. Nessa duplicidade, a mulher lida com suas aspirações na vida laboral ao mesmo tempo que com o seu papel mais tradicional dentro do núcleo familiar, o que, em outras palavras geraria uma “pressão” sobre ela, o que leva a necessidade de uma reflexão sobre o efeito que esta pressão tem sobre os níveis de fecundidade que as mulheres atingem. Nessa reflexão também devem ser levados em consideração outros determinantes da fecundidade como por exemplo, o alongamento do período de escolarização (que se reflete num adiamento da maternidade), o crescimento das dificuldades que as pessoas jovens enfrentam para ter uma vida estável economicamente e no mercado laboral (que permita tomar a decisão de ter um filho) e o adiamento na transição para a vida adulta (que intervém no compromisso de formar uma família). Todos eles são afetados, em menor ou maior medida, pela desigualdade entre homens e mulheres e em todos cabe considerar a dimensão de gênero que ajude a entender melhor os eventos observados (taxas de fecundidade; discrepância da fecundidade...). (MCDONALD, 2000b)

É plausível supor que o desenvolvimento da vida pública das mulheres trabalhadoras influencie atitudes menos tradicionais do que é “esperado” de uma mulher, papéis que vão além da casa e da família e que incluem mais atividades, como ter um trabalho remunerado. Estas mulheres acabam tendo menos filhos e/ou os tem mais tarde no período reprodutivo. Esses novos papéis menos tradicionais requerem mais preparação, isto é, alongamento do período escolarização, o que acaba adiando a idade ao ter o primeiro filho. Além disso, ditos papéis menos tradicionais desempenhados pela mulher na sociedade podem mudar também a balança de custos e benefícios que estas aplicavam à decisão de ter um ou mais de um filho. A maternidade não é mais o elemento central da vida dessas mulheres como indivíduos adultos, afinal é maior o número de benefícios que terão de abrir mão para se comprometer com a criação do(s) filho(s), isto é, os custos.

A este respeito, cabe destacar o estudo de Bernhaerdts e Goldscheider (2006), o qual faz uma reflexão sobre as mudanças na teoria dos custos e benefícios de se ter um filho. Na pesquisa realizada na Suécia, se confere aos pais com visões mais igualitárias das relações de gênero um aumento dos custos da criação do(s) filho(s), pelo investimento que eles terão que fazer durante este processo (corresponsabilidade), maior que o investimento dos pais com visões mais tradicionais sobre o papel da mulher dentro da família. Estes últimos entendem que a responsabilidade deles como pais na criação dos filhos é menor. Nesse mesmo sentido, Bruschini (2007) destaca como fundamental incluir o viés da desigualdade de gênero na análise da queda da fecundidade, pois os custos e benefícios da geração e criação dos filhos seriam repartidos de forma desigual entre os parceiros. Esta mudança afetaria, segundo a teoria econômica da escolha racional, o comportamento reprodutivo destes casais.

Retomando a tese de McDonald, o autor propõe uma alternativa nesse mesmo sentido: uma organização familiar fundada na equidade de gênero e instituições orientadas a família que considerem o homem e a mulher como trabalhadores e responsáveis das tarefas domésticas, sem pressupor uma divisão pré-estabelecida de tarefas entre os sexos. Uma maior aproximação dos homens à esfera do trabalho doméstico ou de responsabilidades mais igualitárias, poderia compensar os constrangimentos femininos para articular a vida produtiva e reprodutiva. Nos países que existe uma maior igualdade de gênero nos dois tipos de instituições, a fecundidade tende a ser mais próxima do nível de reposição.

Uma mudança na organização familiar fundada em um sistema de gênero mais igualitário, é necessária, mas as mudanças na vida familiar, peça chave da organização social, só acontecem de forma gradual. Ante essa dificuldade, o Estado se revela como o ator social importante para promover essas mudanças, capaz de fazer intervenções com o objetivo de alcançar uma mudança ampliada, tendo como alvo a instituição da família e suas dinâmicas de poder e de responsabilidade (MCDONALD, 2000a).

Outro aporte teórico fundamental para entender o marco geral pelo qual se desenvolve essas interações entre Estado, fecundidade, as relações de gênero e conciliação trabalho/família é a tese de Esping-Andersen. Segundo Esping-Andersen (1990) o investimento na equidade de gênero, no trabalho e na família vincula-se à demanda pela ampliação dos direitos de igualdade, assim como aos requisitos de amenizar os desafios do Estado de bem-estar no cenário demográfico atravessado pelos países mais avançados.

A grande contribuição do autor nesse sentido tem sido a criação de uma tipologia sobre o Welfare State no qual se analisam os três pilares: Estado, Mercado e Família, que produzem e distribuem o bem-estar numa sociedade (ESPING-ANDERSEN, 1999). O Estado é o principal responsável por fornecer a proteção social no regime socialdemocrata (o exemplo paradigmático são os países nórdicos). O Mercado é o principal regulador no regime liberal, no qual quem não participa do Mercado apenas tem proteção social (Estado Unidos é o principal expoente). E por último, naqueles em que a responsabilidade dos cuidados e a proteção social recai sobre a instituição da família é o regime conservador (exemplos são os estados de Europa do Sul). No caso do regime conservador, o Estado de bem-estar está modelado conforme o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho. São os países que apresentam tanto as menores taxas de fecundidade, quanto de emprego feminino. Esping-Andersen (1990) considera as taxas de fecundidade ostentadas por essa região do Sul da Europa o exemplo de um tipo de provisão de bem-estar que contribui para o conflito entre maternidade e profissão (ESPING-ANDERSEN, 1990).

Em seu estudo, Bartholo (2009) aponta que o Estado de bem-estar brasileiro se desenvolveu sob um caráter conservador, com proteção social marcadamente vinculada à participação no mercado de trabalho (AURELIANO; DRAIBE, 1989; DRAIBE, 2007; GOLDANI, 2005; CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005).

Até o começo da década dos anos 60 do século XX esteve vigente no Brasil um Código Civil que data de 1916, que em palavras de Pena (1981) era a expressão jurídica do patriarcado. Em 1962 se aprova o “Estatuto da Mulher Casada” que recolhia avanços significativos, mas não garantia a igualdade real entre homens e mulheres. Depois de um período de estancamento, nos últimos anos do regime ditatorial e respondendo a pressões internacionais, em relação com a comemoração do Ano Internacional da Mulher (1975) se aprovou em 1977 o direito ao divórcio.

Com o processo de redemocratização e a nova Constituição Federal (1988) se consolidam e contemplam direitos que garantem a igualdade. A este respeito Pitanguy e Miranda (2006) sinalizam: “Pela primeira vez na história constitucional brasileira, consagra-se a igualdade entre homens e mulheres como um direito fundamental. O princípio da igualdade entre os gêneros é endossado no âmbito da família, quando o texto estabelece que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelos homens e pelas mulheres” (PITANGUY; MIRANDA, 2006, p. 23). Outros ganhos em prol da igualdade entre homens e mulheres foram a sua contemplação

nas leis trabalhistas e nos direitos previdenciários. Também foram conquistados outros avanços como o “Estatuto da Criança e do Adolescente” (1990) ou a “Lei de Planejamento Familiar” (1996) que foram o reflexo no âmbito nacional do clima político internacional marcado pela Conferência do Cairo (1994) ou a Conferência de Beijin (1995).

Especificamente no plano dos direitos das mulheres tem-se desenvolvido nas últimas décadas desde os Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher em 1982 ou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres (CNDM) em 1985 até a atual Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) que tem status ministerial e foi criada em 2003. Mais recentemente se convocaram duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007) que tiveram como resultado os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Se bem o Estado brasileiro com a Constituição de 1988 garantiu avanços nos direitos sociais, ainda hoje não oferece uma resposta satisfatória na articulação dos novos papéis que a mulher está exercendo na vida pública, ainda sem oferecer mecanismos de conciliação suficientes entre trabalho e família (licença paternidade ampliada, fomento da corresponsabilidade de ambos cônjuges nas responsabilidades domésticas, desfamiliarização da criação dos filhos, ...).

Em síntese, a elaboração teórica de McDonald e os aportes de Esping-Andersen colocam o vínculo da fecundidade com outras dimensões nas quais o Estado, como referido acima, pode intervir positivamente e que segundo a bibliografia revisada gerariam um impacto sobre a fecundidade e sem dúvida aportam luzes válidas para a compreensão dos níveis muito baixos de fecundidade e seus nexos com relações de gênero. Embora esta reflexão não terá, nessa dissertação, o desenvolvimento que precisa, este marco teórico serve de referência para pensar os contextos que cercam os baixos níveis de fecundidade, o papel da mulher e a concretização das preferências reprodutivas.

Em último lugar, acompanhando a reflexão de Carvalho (2014), é necessário incluir aqui uma sucinta revisão da literatura dos estudos que já analisaram especificamente a vida reprodutiva da população feminina brasileira de uma perspectiva de gênero.

Goldani (1994) faz uso dos dados da PSFN 1991 para estudar as relações de gênero e a queda da fecundidade no nordeste brasileiro. A autora criou um índice de igualdade entre os parceiros nas escolhas reprodutivas que gerou resultados que indicam

um baixo nível de consenso em relação ao número de filhos desejados por cada indivíduo do casal (PSFN - Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste, 1991).

Outra interessante contribuição é a de Bonifácio e Nepomuceno (2012), que estudam as preferências reprodutivas de homens e mulheres em relação com os determinantes socioeconômicos. A conclusão converge com as críticas, antes mencionadas, aos indicadores de mensuração dos desejos de fecundidade, afinal a tese mostra como nenhuma variável socioeconômica parece afetar na preferência reprodutiva de cada um dos membros do casal, pelo menos nenhuma foi estatisticamente relevante.

Uma das perspectivas de análise que tem contribuído essencialmente ao desenvolvimento dessa dissertação é o trabalho de Carvalho (2014), no qual se aborda uma análise comparativa dos dados da PNDS 1996 e PNDS 2006 e de como tem evoluído as preferências de fecundidade ao longo destes anos. A abordagem da autora ainda é enriquecida com a adição de entrevistas na cidade de Belo Horizonte, nas quais identifica as dinâmicas de gênero envolvidas na tomada de decisão por parte do casal sobre ter ou não ter um ou mais filhos. A autora aprofunda na análise do papel dos homens nas decisões reprodutiva e consegue aprofundar em uma proposta de mensuração de como as relações de poder de gênero no casal interferem na fecundidade. E entre suas conclusões destaca a importância de incluir na análise fatores como o esquema cultural ou o tamanho da família de origem dos indivíduos estudados e que exercem um importante papel na conformação e concretização das preferências reprodutivas. O estudo de Carvalho (2014) analisa com os dados quantitativos a discrepância entre filhos desejados e filhos tidos das mulheres de 35 a 49 anos de idade casadas ou unidas, enquanto essa dissertação se deterá mais especificamente nas mulheres de 40 a 49 anos independentemente do seu estado conjugal para analisar a discrepância entre a fecundidade desejada e a concretizada.

Depois dessa contextualização dos principais aportes teóricos sobre a questão central dessa dissertação, o próximo capítulo II visa detalhar sobre a metodologia que será usada para a análise dos dados cujo resultado será exposto no capítulo III.

CAPITULO II

FONTES E MÉTODOS

2.1 Características da fonte de dados

As fontes de dados utilizadas nesse estudo são: a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, realizada em 2006, e a Pesquisa sobre Demografia e Saúde, de 1996. Ambas pesquisas são parte do projeto Measure DHS (Demographic and Health Survey), mas guardam especificidades na sua realização.

A edição de 1996 foi parte de uma investigação realizada em escala global com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que tem como objetivo prover dados e análises para um amplo conjunto de indicadores de planejamento, monitoramento e avaliação de impacto nas áreas de população, saúde e nutrição de mulheres e crianças nos países em desenvolvimento. Em 2006, a pesquisa, chamada de PNDS, foi financiada pelo Ministério da Saúde brasileiro e coordenada pela equipe da área de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em parceria com outras instituições nacionais. Assim, tanto a DHS-1996 como a PNDS-2006 cumprem com os requisitos de comparabilidade dupla, tanto internacional, dentro do marco do projeto DHS, como nacional, incluindo compatibilidade com uma edição anterior chamada Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar, realizada em 1986 (PNSMIPF, 1986).

A DHS/PNDS é uma pesquisa domiciliar por amostragem probabilística complexa, um estudo de corte transversal, o que permite caracterizar a situação da população no momento do estudo (1996 e 2006). A pesquisa também visa a recuperação de informações retrospectivas (histórias de nascimentos) e a coleta de dados prospectivos (intenções de comportamentos e perspectivas futuras). Essas pesquisas têm como objetivo caracterizar a população feminina em idade fértil (15-49 anos) e as crianças menores de 5 anos de idade, segundo fatores demográficos, socioeconômicos e culturais; além de identificar padrões de conjugalidade, parentalidade e reprodutivos, informações que serão de utilidade para a análise que será apresentada nesse trabalho.

Quanto ao desenho amostral, para a edição de 1996 foi utilizada uma subamostra da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 1995, realizada pelo IBGE. Já na edição de 2006 a amostra foi feita mediante um modelo estratificado de

conglomerados aleatórios simples e tem representatividade nacional por abranger as 5 macrorregiões brasileiras (DHS, 1996; PNDS, 2006).

Com respeito ao tamanho amostral e cobertura encontra-se algumas diferenças: na edição de 1996 coletaram-se informações para 13.283 domicílios, tendo sido entrevistadas 12.612 mulheres de 15 a 49 anos, assim como uma subamostra para homens, correspondente a 25% dos domicílios, tendo sido entrevistados 2.949 homens com idade de 15 a 59 anos. A pesquisa de 1996 levantou ainda informações sobre 4.782 crianças menores de 5 anos, filhos de mulheres entrevistadas. No ano de 2006 foram contemplados 14.617 domicílios e o tamanho da amostra das mulheres consideradas como elegíveis e entrevistadas foi de 15.575 mulheres, assim como foram recolhidos dados sobre 5.056 crianças menores de 5 anos. Nessa última edição não foi recolhida informação sobre os homens (DHS, 1996; PNDS, 2006).

A pesquisa DHS-1996 se organizou em três questionários: a Ficha do domicílio, o Questionário da mulher e o Questionário do homem. No caso da PNDS-2006 o questionário completo é formado por dois documentos: a Ficha do domicílio e o Questionário da mulher, que juntos fornecem os dados para traçar um perfil da população feminina em idade fértil e das crianças menores de cinco anos no Brasil (DHS, 1996; PNDS, 2006).

A escolha dessa fonte de dados foi motivada por sua potencialidade para refletir sobre o tema central dessa dissertação. A DHS/PNDS é a única pesquisa de âmbito nacional que mede as intenções e os comportamentos reprodutivos, permitindo remontar e avaliar os contextos sociais nos quais essas intenções são ou não concretizadas e associar com as características pessoais, familiares e domiciliares da população feminina em idade fértil. A utilização de duas edições permite a comparação do objeto de estudo – a concretização das preferências reprodutivas - em dois pontos no tempo, em um espaço de 10 anos.

Para os objetivos perseguidos nesta dissertação, as informações mais relevantes se encontram no questionário da mulher que abrange os seguintes tópicos: (a) características da entrevistada; (b) reprodução; (c) anticoncepção; (d) acesso a medicamentos; (e) gravidez e parto; (f) alimentação e nutrição; (g) conjugalidade e sexualidade; (h) planejamento da fecundidade; (i) características do cônjuge e trabalho da mulher; (j) peso, altura e circunferência da cintura; e (k) coleta de sangue. Os tópicos e as variáveis específicas que serão usadas neste estudo serão detalhadas a seguir no subitem que descreve o plano de análise.

Mas antes é preciso sublinhar algumas questões sobre o uso dessas pesquisas. A primeira decorre do tempo transcorrido, quase nove anos desde o levantamento mais recente em 2006. Os dados recolhidos pela PNDS 2006 e a interessante comparação com os dados da DHS 1996 mostram a realidade de quase duas décadas atrás no Brasil, e essas realidades podem ter se modificado bastante no decorrer desses anos. Entretanto, ainda que não sejam tão recentes, as informações contidas nelas são de grande relevância e únicas de âmbito nacional que fornecem elementos necessários para analisar o tema proposto.

Outra questão que precisa ser destacada, como já mencionado no capítulo anterior, refere-se às limitações de indicadores que buscam mensurar a fecundidade desejada. Neste caso, particularmente, a crítica aos dados do projeto DHS decorre do caráter limitado das pesquisas de tipo transversal e de questionários fechados que comprometem a avaliação dos processos relacionados aos eventos estudados. (THOMSON, 1997; MORGAN; KING, 2001; SANTELLI et al., 2003; CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2014). Entretanto, considera-se fundamental explorar tais informações buscando descrever e averiguar determinadas associações entre eventos relacionados ao tema e certas dimensões sociais que caracterizam os indivíduos. Em outras palavras, embora análises descritivas baseadas em informações transversais sejam insuficientes para abarcar a complexidade da temática proposta, considera-se que são essenciais como contribuição para futuros levantamentos e estudos que possibilitem aprofundamento sobre a questão.

2.2 Plano de análise

A partir de um questionário amplo, contemplando tópicos mencionados acima, as pesquisas DHS 1996 e PNDS 2006 fornecem dados sobre a vida sexual e reprodutiva das mulheres em idade fértil, entre 15 e 49 anos de idade. Para o desenvolvimento desse estudo, o interesse se foca na análise da concretização da fecundidade no segmento de mulheres que estão nas últimas faixas etárias do período fértil (40-49 anos), mais próximas de concluírem suas histórias reprodutivas. Dessa forma, poderiam ter uma melhor avaliação sobre serem discrepantes ou não discrepantes com a parturição acumulada no decorrer de suas vidas até aquele momento. Ou seja, as respostas aos questionamentos com que se trabalha nesta dissertação seriam mais precisas, com menos chances de grandes alterações na fecundidade desse segmento de mulheres.

Além do grupo etário, outro recorte usado por pesquisas para tratar do tema é a delimitação segundo o estado conjugal. Alguns trabalhos, como o de Carvalho (2014), optam por delimitar o perfil segundo as mulheres casadas ou unidas, por entenderem que elas teriam mais chances de efetivar a concretização das suas preferências reprodutivas. Contudo, em uma reflexão prévia, se resolveu analisar o estado conjugal não como filtro, mas como uma dimensão a mais a ser avaliada a respeito dos constrangimentos e possibilidades para concretizar as preferências reprodutivas femininas, pois cada vez mais a reprodução estaria se dando independentemente do estado conjugal. Assim, o estudo procura conhecer qual é a condição de concretização da fecundidade das mulheres, independentemente do seu estado conjugal.

Para tal, o plano de análise foi desenvolvido da seguinte forma:

- Caracterização das mulheres objeto da análise (40 a 49 anos) segundo as principais variáveis sociodemográficas para ter um panorama geral;
- Análise descritiva das preferências reprodutivas e da discrepância com a parturição das mulheres alvo do estudo, entendendo por preferência, a declaração do número de filhos que a mulher gostaria de ter;
- Contextualização desse segmento de mulheres de 40 a 49 anos e a sua condição de discrepância com relação a concretização das preferências reprodutivas, explorando um conjunto de características sociodemográficas dessa população;
- Destacando e refletindo de forma mais específica o perfil sociodemográfico das mulheres que tem discrepância por falta, entendido como aquelas que tiveram um número de filhos menor do que declararam que gostariam de ter, procurando discutir quais poderiam ser os constrangimentos que estariam as impedindo de implementar a fecundidade desejada;
- Buscando aprofundar na reflexão, apontada pela literatura, de que parcerias afetivo-sexuais mais igualitárias se associariam a uma concretização menos discrepante das preferências reprodutivas, foram avaliadas um conjunto de variáveis fornecidas pela DHS-1996/PNDS-2006 sobre as características de ambos parceiros e sobre a relação conjugal. Nesse caso, a discussão teve como foco apenas as mulheres de 40-49 anos com companheiro ou marido no momento da pesquisa.

Primeiramente, se criou uma nova variável a partir da combinação de duas variáveis originais do banco de dados: número de filhos(as) desejados e número total de filhos(as) nascidos vivos(as). Da subtração da primeira sobre a segunda nasce uma nova variável que mede a concretização não discrepante ou discrepante (por falta ou por excesso) entre o número de filhos desejados e o número de filhos tidos segundo as seguintes categorias:

Concretização das preferencias reprodutivas (mulheres 40-49 anos)		
discrepância por falta	não discrepância	discrepância por excesso

Assim, aquelas mulheres que tiveram o mesmo número de filhos que declarou como ideal, estarão na coluna de **não discrepância**. Aquelas que tiveram menos filhos que o declarado como ideal estarão na coluna de **discrepância por falta**, que é o foco deste estudo. Enquanto aquelas que superaram o número ideal de filhos estarão classificadas como **discrepância por excesso**. A partir dessa nova variável, que permite a classificação das mulheres alvo do estudo segundo a sua condição de concretização, foi realizada a caracterização desse segmento feminino. Na sequência se analisaram as mesmas variáveis em relação as categorias previamente estabelecidas de concretização das preferências reprodutivas para depois, de forma mais específica aplica-las as mulheres discrepantes por falta, exclusivamente. Para essas caracterizações foram selecionadas variáveis sociodemográficas que têm sido exploradas tradicionalmente como dimensões explicativas importantes para entender a queda e os diferenciais da fecundidade. No **Quadro 2**, abaixo, se destaca o conjunto de variáveis consideradas e a justificativa para sua escolha.

Inicialmente se avalia a condição de concretização a partir do **número de filhos nascidos vivos**, o que permite verificar de forma mais clara de que tamanho de família a condição de concretização daquelas “não discrepantes” e das “discrepantes” se referem. Ou seja, permite destacar a magnitude da discrepância.

A variável **idade ao ter o primeiro** foi escolhida para avaliar se o fato de ter iniciado sua carreira reprodutiva em idade mais jovens ou tê-la postergada interfere na

condição de concretização das preferências reprodutivas. Pela revisão da literatura aquelas mulheres que iniciariam sua vida reprodutiva em idades mais avançadas – aquelas que postergam sua reprodução, estariam relativamente mais associadas a uma condição de discrepância por falta do que aquelas que iniciaram em idade mais jovens.

Dada a importância que a **esterilização** tem como método anticonceptivo no estudo da fecundidade das mulheres brasileiras, se inclui essa variável aqui para explorar se aquelas que estavam laqueadas estariam em maiores proporções associadas a uma condição de discrepância. A escolha de analisar especificamente esse método como uma das dimensões da análise se deu por reforçar a ideia de um forte impedimento para se ter mais filhos do que os que já teve, tornando a condição de discrepância algo que praticamente definitivo. A vasectomia e a infertilidade são dimensões igualmente importantes, mas que infelizmente não foram incorporadas nesse trabalho. Esperamos adicioná-las em desenvolvimentos futuros para enriquecer o tratamento da questão.

A respeito do **estado conjugal**, outros estudos sobre concretização de preferências reprodutivas têm considerado nas análises somente mulheres casadas ou unidas. Essa dissertação considera todas as mulheres independente do seu estado conjugal. A inclusão dessa variável como parte das variáveis a serem avaliadas fornecerá informações sobre que tipo de associação surge quando olhamos para a experiência de estar ou não em uma parceria conjugal com a concretização das preferências reprodutivas.

A variável **raça/cor** resulta interessante para analisar os diferentes níveis de constrangimentos que experimentam as mulheres na concretização das suas preferências reprodutivas. A inclusão desta variável é relevante diante dos estudos que mostram os diferenciais marcantes que existem entre a fecundidade das mulheres brancas e negras no Brasil. Desafortunadamente o tamanho da amostra – que poderá ser visto nas tabelas dos resultados - impede incluir na análise as mulheres classificadas como amarelas ou indígenas que foram agregadas na categoria outras.

QUADRO 2: Variáveis sociodemográficas consideradas para o análise da concretização das preferências reprodutivas da população feminina de 40 a 49 anos (DHS-1996/PNDS-2006)

Variáveis	Categorias
Total filhos tidos	0
	1
	2
	3
	4 ou mais
Idade ao ter o primeiro filho	Antes dos 20 anos
	Entre os 20 e os 29 anos
	Depois dos 30 anos
Esterilização	Sim
	Não
Estado conjugal	Solteiras
	Casadas
	Unidas
	Viúvas, Divorciadas e Separadas
Anos de estudo	Sem inst. e alfabetização de adultos
	1-3 anos de estudo
	4-7 anos de estudo
	8-11 anos de estudo
	12 e mais anos de estudo
Trabalha, além das atividades domésticas?	Sim
	Não
Classificação de cor	Branca
	Negra
	Outras
Situação do domicílio	Urbano
	Rural
Grandes regiões	Norte
	Nordeste
	Sudeste
	Sul
	Centro-Oeste

A variável **educação** é fundamental no estudo da fecundidade das mulheres e evidencia as grandes desigualdades sociais que ainda existem na forma como as

mulheres lidam com a reprodução. A partir da revisão da literatura, espera-se encontrar uma relação inversa entre nível educacional da mulher e sua condição de concretização da fecundidade. Sendo a discrepância por falta relativamente mais associada com as mais escolarizadas e a discrepância por excesso com as menos escolarizadas.

Quanto à variável de **trabalho**, procuramos explorar se as mulheres que estão incorporadas ao mercado laboral exibem maiores discrepâncias na concretização da fecundidade desejada, como sugere uma parte da literatura sobre o tema. Teria sido interessante aprofundar mais sobre esta questão analisando o tipo de trabalho que a mulher desempenha (formal, estável, setor de atividade, jornada de trabalho) e como isso se relaciona com a concretização das preferências reprodutivas. Desafortunadamente o questionário não aprofunda nessa questão, como o faz a PNAD por exemplo, o que limitou a análise ao fato das mulheres estarem inseridas ou não no mercado laboral. Tal limitação, contudo, não prejudica de todo a exploração dessa dimensão.

O uso da variável **Grande Região** fornecerá elementos para pensar se pertencer a uma região ou outra faz diferença para a condição de concretização das preferências reprodutivas das mulheres. Espera-se identificar quais são as regiões com mais alta satisfação, assim como descobrir em que macrorregiões as mulheres teriam mais dificuldades para concretizar satisfatoriamente suas preferências reprodutivas.

Assim como para Grande Regiões, espera-se que a variável **situação do domicílio** revele se existem diferenças entre mulheres rurais e as urbanas na concretização das preferências de fecundidade.

No último item descrito no plano de análise, se colocou como objetivo conhecer a relação entre a concretização das preferências reprodutivas femininas e características dos casais que remeteriam a uma condição de maior ou menor igualdade da parceria conjugal. Para tal, inicialmente se explorou a ideia de construir um índice de equidade de gênero como já feito em outros trabalhos que analisam dados da PNDS como o de Gualberto (2003) ou de Carvalho (2014). A construção desses índices partiria do pressuposto de que aquelas mulheres que responderam afirmativamente a cada uma das questões propostas no índice teriam, supostamente, uma condição de maior igualdade de gênero no relacionamento. Mas é preciso sublinhar que essa correlação não é automática ou sempre verdadeira.

No desenvolvimento dessa dissertação foi avaliado a possibilidade de também fazer uso de um indicador misto de equidade de gênero tendo como referência modelos

propostos pelos autores citados acima e pela CEPAL (2006). Desafortunadamente, para os objetivos propostos nesse trabalho, os dados da PNDS se mostraram limitados pela natureza da pesquisa que é eminentemente voltada para o estudo das mulheres com informações muito escassas sobre os homens, principalmente sobre a vida reprodutiva deles. Ciente da dificuldade que tudo isso impõe e com as limitações dos dados quantitativos, nessa dissertação foi resolvido trabalhar com uma análise descritiva de um conjunto de variáveis que contemplem características do casal em relação com a condição de concretização das preferências de fecundidade das mulheres, conforme descritas no **Quadro 3**, abaixo:

QUADRO 3: Variáveis consideradas como proxies de características de uma parceria conjugal mais igualitária

Questionamentos
Relação parentesco com responsável domicílio
Número de uniões da mulher
Diferença de idade entre os cônjuges/companheiros
Diferença no nível de escolaridade entre os cônjuges/companheiros
De quem é a decisão sobre destino da renda da mulher
Preferência reprodutiva do casal

Lembrando que essa análise será aplicada apenas para mulheres casadas ou unidas. Entre as variáveis escolhidas como *proxy* de parcerias conjugais mais igualitárias (**Quadro 3**), se encontram algumas que dizem respeito as características da mulher e sua “autonomia” como indivíduo.

Se na existência de companheiro no domicílio a mulher é identificada como a chefe do domicílio, por exemplo, isso poderia sugerir uma mudança com respeito a divisão tradicional das responsabilidades domésticas e, conseqüentemente, tenderia a ter impacto mais positivo sobre a concretização das preferências reprodutivas da mulher. A mesma lógica de impacto positivo para a concretização das preferências por romper com concepções e práticas mais conservadoras sobre as relações de gênero são pensadas para as dimensões de ter tido mais de uma união conjugal ou ter poder de decisão sobre como gastar o dinheiro que ganha.

O outro conjunto de variáveis avalia características entre a mulher e seu parceiro: se o fato de ambos terem o mesmo nível de escolaridade ou pouca ou nenhuma diferença etária estariam mais associados a uma concretização mais favorável das preferências reprodutivas da mulher. E por último uma variável que explora a tomada de

decisão por parte do casal no que se refere as questões reprodutivas, ou seja, se a existência de discordância entre o casal sobre o tamanho desejado de família se associa à discrepância na concretização das preferências reprodutivas das mulheres. Assume-se que com esse conjunto de variáveis se cria um panorama, ainda que limitado e passível de críticas, que permitem em alguma medida explorar a relação apontada pela bibliografia entre relações mais igualitárias e a mais satisfatória concretização das preferências reprodutivas das mulheres.

Para aprofundar na análise específica das mulheres com discrepância por falta se fez uso do Teste Qui-Quadrado de Pearson¹ (Teste χ^2) para avaliar se existe uma relação estatisticamente significativa entre a condição de discrepante por falta e o conjunto de variáveis selecionadas descritas acima (grande região, situação de domicílio, raça/cor, etc).

Todos os procedimentos de tratamento dos microdados deste estudo foram realizados utilizando o *Statistics Package for Social Sciences* (SPSS). Nesta dissertação se trabalhou com a amostra expandida fazendo uso da variável de peso ponderado².

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^{rc} \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

1

2 peso_novo= peso_pessoa * n / N

CAPITULO III

RESULTADOS DA ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta uma análise descritiva dos resultados da exploração dos dados da DHS 1996 e da PNDS 2006, conforme o plano de análise apresentado no Capítulo II. Os dois itens iniciais apresentam o perfil mais geral da população feminina em estudo. No primeiro descreve quem são as mulheres alvo desse estudo (mulheres no final do período reprodutivo, com idade de 40 a 49 anos) segundo uma seleção de variáveis sociodemográficas. O segundo destaca as preferências reprodutivas e a concretização da fecundidade dessas mulheres, classificando pela condição de não discrepância ou discrepância (por falta ou por excesso) das preferências declaradas em relação à parturição concretizada, dando maior destaque a análise das mulheres que estão na condição de discrepantes por falta, ou seja, aquelas que tiveram menos filhos dos que desejavam ter. Para finalizar o capítulo, a concretização das preferências reprodutivas é analisada segundo um conjunto de características dos casais, buscando avaliar se uma maior condição de igualdade entre parceiros estaria mais associada à satisfação das preferências reprodutivas, como discutido na revisão bibliográfica apresentada no Capítulo I.

3.1 Caracterização das mulheres alvo do estudo

Como argumentado no capítulo anterior, para o estudo da concretização das preferências reprodutivas femininas foram escolhidas as mulheres de 40 a 49 anos de idade, pois ao estar nos últimos anos do período reprodutivo, seriam aquelas em melhor condição e com mais segurança para avaliar a discrepância ou não entre os filhos tidos ao longo do período reprodutivo e o número de filhos que declaram que gostariam de ter tido. Este primeiro item procura traçar um perfil mais geral de quem são estas mulheres e as mudanças que se registram entre as duas edições da pesquisa de Demografia e Saúde.

No **Tabela 4**, abaixo, no que se refere aos filhos tidos pelas mulheres de 40 a 49 anos, o Quadro 1 é um reflexo do avanço da queda da fecundidade no Brasil. Se em 1996, pouco mais de 2/5 desse segmento eram de mulheres que tinham 4 filhos ou mais, no ano de 2006 se registra um aumento nas percentagens das mulheres que tinham 0 e 1

filhos, assim como uma diminuição relativa expressiva das mulheres com 3 e 4 ou mais filhos. Nesse ano a categoria mais importante passa a ser a das mulheres que tem 2 filhos.

Por outro lado, é muito interessante conferir como, nos dois anos em destaque, não apresenta grandes mudanças na distribuição relativa da declaração do desejo por filhos nesse grupo de mulheres (40 a 49 anos), como já apontado no estudo de Carvalho (2014). Em ambas pesquisas uma proporção considerável de mulheres já declarava como tamanho ideal de família em torno de dois filhos. Em 1996 as percentagens das mulheres que queriam 3 e 4 ou mais filhos ainda eram elevadas – praticamente a metade desse grupo etário - e sofreram uma queda nos dados de 2006, sobretudo a proporção daquelas mulheres que declaram que queriam uma grande família (com 4 ou mais filhos). Em troca aumentou a parcela daquelas que declararam o desejo de ter só 1 filho. Chama a atenção, ainda no **Tabela 4**, a diminuição na percentagem das mulheres que não queriam ter filhos, o que nos leva a pensar que a experiência da maternidade permanece como algo importante e desejado na trajetória de vida das mulheres brasileiras.

Em relação a idade ao se tornar mãe, o **Tabela 4** mostra uma proporção maior das mulheres de 40 a 49 anos, entrevistadas na edição de 2006, que teriam adiado a experiência da maternidade em relação as que foram entrevistadas dez anos antes. Nesse sentido, Carvalho (2014) aponta que dado que, biologicamente, as chances de engravidar diminuiriam com o avançar da idade feminina, avaliar o momento em que se tornam mães parece fundamental para entender possíveis discrepâncias entre a fecundidade desejada e a concretizada de fato. Assim, no **Tabela 4**, em 1996 a grande maioria das mulheres teve o primeiro filho entre os 20 e os 29 anos. Em 2006 a maior percentagem continuava sendo nesse grupo etário mas destaca-se o aumento relativo daquelas mulheres que se tornaram mães depois dos 30 anos. O **Tabela 4** também registrou o aumento relativo das mulheres que se tornaram mães antes dos 20 anos em 2006. Como destacado na revisão bibliográfica, no Capítulo I, seria reflexo do peso que tem a fecundidade adolescente na fecundidade brasileira, mesmo em contexto de intensa redução das taxas.

TABELA 4: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos, objeto de estudo, segundo variáveis sociodemográficas selecionadas - Brasil, 1996 e 2006

	1996 <i>n-amostra=2547</i>	2006 <i>n-amostra=3744</i>
Filhos tidos		
0	8,3%	11,4%
1	8,4%	16,5%
2	18,4%	32,0%
3	23,3%	19,9%
4 ou mais	41,6%	20,3%
Total	100,0%	100,0%
Filhos desejados		
0	9,5%	6,8%
1	8,1%	13,3%
2	32,6%	44,2%
3	23,4%	18,6%
4 ou mais	26,4%	17,1%
Total	100,0%	100,0%
Idade ao ter o primeiro filho		
Antes dos 20 anos	29,9%	31,8%
Entre os 20 e os 29 anos	61,0%	54,0%
Depois dos 30 anos	9,0%	14,3%
Total	100,0%	100,0%
Laqueadura		
Sim	50,8%	58,5%
Não	49,2%	41,5%
Total	100,0%	100,0%
Estado conjugal		
Casadas	67,2%	55,2%
Unidas	10,2%	21,0%
Separadas e Divorciadas	11,6%	13,2%
Viúvas	5,2%	3,8%
Solteiras	5,7%	6,8%
Total	100,0%	100,0%
Anos de estudo		
Sem inst. e alfabetização de adultos	11,3%	6,6%
1-3 anos de estudo	26,1%	13,4%
4-7 anos de estudo	32,9%	29,7%
8-11 anos de estudo	21,8%	36,5%
12 e mais anos de estudo	7,9%	13,8%
Total	100,0%	100,0%

Continua

Variáveis	1996 <i>n-amostra=2547</i>	2006 <i>n-amostra=3744</i>
Incorporação ao mercado laboral		
Sim	59,7%	57,5%
Não	40,3%	42,5%
Total	100,0%	100,0%
Classificação cor		
Branca	45,3%	45,2%
Negra	54,1%	51,2%
Outras	0,5%	3,6%
Total	100,0%	100,0%
Situação do domicílio		
Urbano	82,2%	84,3%
Rural	17,8%	15,7%
Total	100,0%	100,0%
Grandes regiões		
Norte	3,9%	5,4%
Nordeste	24,2%	23,2%
Sudeste	45,0%	46,2%
Sul	19,7%	17,6%
Centro-Oeste	7,1%	7,6%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: DHS (1996) e (PNDS) 2006.

Se revelaram interessantes também os dados sobre a esterilização. No segmento de mulheres estudado, mais da metade eram laqueadas, tanto as entrevistadas em 1996 quanto em 2006. (**Tabela 4**). Esse dado indica que efetivamente grande parte das mulheres analisadas nesse estudo estavam com sua fecundidade completa. Seria acertada então a hipótese que motivou fazer o recorte nessa faixa etária para garantir que a análise da discrepância ou não discrepância entre os filhos tidos e os filhos desejados estivesse baseada em uma declaração de filhos tidos o mais próximo do definitivo.

Os resultados da variável de estado conjugal também refletem mudanças sofridas pelos grupos de mulheres analisados (40 a 49 anos) em 1996 e 2006. Caem em mais de 10 pontos percentuais as mulheres casadas, ao mesmo tempo que aumenta a proporção de mulheres em união consensual. As solteiras, assim como as separadas e divorciadas também registram acréscimos relativos. Por último as mulheres cujo estado

conjugal é viúva representa uma menor percentagem em 2006 do que em 1996 (**Tabela 4**).

No que diz respeito ao nível de escolaridade, a maioria das mulheres de 40 a 49 anos tinham em 1996 entre 1 e 7 anos de estudo. Na edição de 2006, mais da metade do grupo possui entre 4 a 11 anos de estudo. Destacam as percentagens dos níveis mais baixos de escolaridade que sofreram uma diminuição do peso relativo, reflexo da tendência de aumento da escolaridade da população, principalmente, a feminina (**Tabela 4**).

Nos dados da incorporação da mulher ao mercado laboral se registra uma diminuição na proporção das mulheres de 40 a 49 anos que estavam trabalhando em 2006, contudo, em ambas pesquisas a maioria das mulheres entrevistadas desse grupo etário tinha algum tipo de trabalho além das atividades domésticas (**Tabela 4**).

Já no referente a classificação por cor das mulheres analisadas, eram em sua maioria pretas ou pardas (negras), seguidas pelas brancas, as mulheres classificadas como outras (indígena e amarela) compõem uma pequena percentagem (**Tabela 4**).

Em relação a distribuição espacial desse segmento feminino destaca-se que a grande maioria delas moram em áreas urbanas (82,2% em 1996 e 84,3% em 2006). Em relação às Grandes Regiões, as mulheres estudadas se concentravam em ambos anos da pesquisa majoritariamente no Sudeste. A ordem do resto das regiões por peso relativo das porcentagens é Nordeste, Sul, Centro-oeste e Norte. Ambos os dados são reflexos da distribuição da população total, seja no rural/urbano ou nas áreas do país (**Tabela 4**).

Cabe apontar nessa primeira caracterização das mulheres alvo do estudo que foram incluídas também aquelas mulheres que se declararam inférteis, que em 1996 conformavam o 5,6% das mulheres estudadas e em 2006 o 1,8% delas.

3.2 Preferências de fecundidade e concretização das mesmas

O **Tabela 5**, abaixo, mostra a parturição das mulheres do grupo etário em estudo, ou seja, todos os filhos tidos até o momento da entrevista, em conjunto com o tamanho ideal de família declarado pelas entrevistadas. Vale a pena lembrar aqui a discussão desenvolvida no Capítulo I sobre as críticas ao indicador que mensura as preferências reprodutivas. Sua natureza de intencionalidade não considera a complexidade de elementos que influenciam as preferências por filhos, as mudanças que pode sofrer ao longo do tempo e das experiências das mulheres. E como já dito nos

capítulos anteriores, apesar das críticas, consideramos que é uma informação que não deve ser desprezada enquanto um indicador para ajudar a pensar para qual direção caminha a fecundidade, mas quando se trabalha com a mensuração de intenções reprodutivas tem que ser feito com cautela.

Na diagonal do **Tabela 5**, as células pontilhadas revelam, em um cruzamento simples, a proporção das mulheres de 40 a 49 anos que teriam implementado **sem discrepância** sua preferência reprodutiva. Assim, por exemplo, nos dados de 2006 aquelas mulheres que desejavam ter 2 filhos e tiveram de fato esses 2 filhos são a maior percentagem - 66,8% das mulheres que tiveram dois filhos atingiram o seu tamanho ideal de família. Essas mulheres constituíam uma percentagem menor em 1996, 55,9%. Destaca também a alta percentagem (50,9% em 1996 e 46,6% em 2006) daquelas mulheres que desejavam e tiveram 3 filhos. Esse resultado se mostra consistente com o cálculo da média dos filhos desejados pelas mulheres dessa faixa etária, que foi de 2,8 filhos por mulher, em 1996, e 2,7 filhos em 2006. Entre as mulheres não discrepantes observa-se também um aumento nada desprezível das mulheres que desejavam e tiveram apenas 1 filho, que em 1996 constituíam 22,6%, mas em 2006 atingem 33,6% do total das mulheres que tiveram um filho.

TABELA 5: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo os Filhos tidos e os Filhos desejados - Brasil, 1996 e 2006

1996							
		Filhos desejados					Total
		0	1	2	3	4 ou mais	
Filhos tidos	0	19,7%	15,1%	34,8%	15,0%	15,4%	100%
	1	8,2%	22,6%	39,4%	18,0%	11,8%	100%
	2	6,5%	4,6%	55,9%	17,5%	15,6%	100%
	3	7,3%	6,2%	15,1%	50,9%	20,6%	100%
	4 ou mais	10,4%	6,4%	30,1%	13,4%	39,8%	100%
2006							
		Filhos desejados					Total
		0	1	2	3	4 ou mais	
Filhos tidos	0	17,8%	21,2%	48,3%	7,1%	5,7%	100%
	1	2,3%	33,6%	42,1%	14,5%	7,4%	100%
	2	4,4%	4,9%	66,8%	13,6%	10,3%	100%
	3	7,4%	9,5%	17,8%	46,6%	18,7%	100%
	4 ou mais	7,5%	10,3%	33,6%	8,1%	40,6%	100%

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Os casos que ficam abaixo da diagonal no **Tabela 5** representam aquelas mulheres que tiveram mais filhos dos que desejavam ter. Por exemplo, em 2006, 33,6% das mulheres que tiveram 4 filhos ou mais, queriam ter apenas 2 filhos. Conforme a classificação sugerida nesse trabalho, estas são as mulheres **discrepantes por excesso**, devido a concretização das suas preferências reprodutivas estar acima do número declarado como desejado.

Aqueles casos que ficaram acima da diagonal (**Tabela 5**) são as mulheres que não conseguiram ter a quantidade de filhos que declararam que desejariam ter, estariam com **discrepância por falta**, constituindo o grupo que é foco desse trabalho. Como esperado, essas mulheres são maioria entre aquelas que não foram mães – em 2006, corresponde a 82,2% das mulheres de 40 a 49 anos sem filhos (dado apresentado no **Tabela 7A** mais adiante). Como pode ser visto no **Tabela 5**, entre as entrevistadas em 2006 que não tiveram nenhum filho, em sua maior parte desejavam ter tido 2 filhos (48,3%), seguido daquelas mulheres que tiveram apenas um filho desejando ter tido 2 filhos (42,1%). Chama a atenção a diminuição das percentagens de 1996 para 2006 das mulheres que desejavam ter 3 e 4 ou mais filhos e que tiveram menos, adquirindo maior peso relativo aquelas mulheres que desejavam 1 ou 2 filhos e que tiveram menos filhos. Essa informação estaria refletindo a mudança que tem sofrido a sociedade brasileira de redução do tamanho ideal e observado de família (Anexo 1).

Para aprofundar essa análise foi criada a variável “condição de concretização” cujos resultados podem ser avaliados no **Tabela 6**. Dito Tabela resulta extremamente interessante para refletir sobre a questão em dois momentos no tempo. Em 1996, as mulheres que na época tinham 40 a 49 anos (nascidas entre 1947 e 1956) constitui uma geração que ainda vivenciou períodos de altas taxas de fecundidade no Brasil. Assim no momento da pesquisa, a maioria delas (37,6%) apresentava uma fecundidade mais alta do que declararam como desejado - classificado nesse trabalho como discrepância por excesso - seguido de perto pelas mulheres que tiveram o número de filhos declarado como desejado, representando pouco mais de um terço dessa população (35,7%) – denominado aqui como não discrepante. Mas já tinha uma proporção nada desprezível de mulheres que chegavam no final do período reprodutivo (40 a 49 anos) sem ter atingido as suas preferências de fecundidade (26,7%) - aquelas que estariam em discrepância por falta.

TABELA 6: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo a condição de concretização das preferencias reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

1996			
Discrepância por Falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total
26,7%	35,7%	37,6%	100%
2006			
Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total
32,5%	43,8%	23,7%	100%

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

No ano de 2006, aquelas mulheres classificadas na categoria de não discrepância substituem a anterior maioria relativa de mulheres que eram discrepantes por excesso, revelada pelos dados de 1996. A porcentagem de mulheres que estão terminando o período reprodutivo tendo tido o número de filhos que desejavam ter aumenta para 43,8%. Mas o dado mais relevante é a diminuição relativa daquelas mulheres que tinham mais filhos do que o declarado como ideal que cai em 14,1 pontos percentuais, representando em 2006, 23,7% do total das mulheres desse segmento etário. O que indicaria que as mulheres brasileiras não apenas têm tido sucesso em controlar melhor a sua fecundidade, quanto em maiores proporções estariam concretizando o tamanho de família desejado. Isso bate com um dos achados de Carvalho (2014) que registrou também essa redução percentual (da edição de 1996 para a de 2006) das mulheres que excederam sua fecundidade desejada, no caso entre as mulheres casadas ou unidas de 35 a 49 anos.

Outra conclusão que pode ser tirada dos dados do **Tabela 6** é que as mulheres que não conseguem atingir as suas preferências reprodutivas – as discrepantes por falta - crescem relativamente constituindo no ano de 2006 quase um terço da população feminina na idade estudada. Em seu trabalho Carvalho (2014) avalia que “espera-se que esta tendência anunciada em 2006 continue e até mesmo se intensifique, uma vez que os dados de 2010 e projeções de fecundidade indicam ainda uma queda substancial das Taxas de Fecundidade, com maior adiamento dos nascimentos bem como continua escolarização e inserção das mulheres no mercado de trabalho” (CARVALHO, 2014, p. 137). Outros autores também apontam para essa conclusão (CAVENAGHI; ALVES, 2011).

Diante desse Tabela inicial o objetivo a seguir é explorar qual é o perfil sociodemográfico dessas mulheres segundo sua condição de concretização das preferências reprodutivas, especificamente, daquelas mulheres que apresentam discrepância por falta e refletir sobre os possíveis constrangimentos que estariam fazendo que uma proporção maior de mulheres não consigam concretizar suas preferências reprodutivas.

3.3 Características sociodemográficas das mulheres de 40 a 49 anos segundo a condição de concretização das preferências de fecundidade

Para aprofundar no entendimento da discrepância se aborda na continuação uma análise exploratória das principais variáveis sociodemográficas que têm sido usadas tradicionalmente para avaliar desigualdades sociais nos níveis e padrões de fecundidade. Essas ao serem cruzadas com a variável de concretização das preferências de fecundidade, criada para este estudo, permitirá refletir sobre o perfil das mulheres, na faixa etária selecionada, que estaria mais associada a efetivação ou não das preferências declaradas por elas.

A primeira dimensão a ser analisada é justamente a condição de concretização segundo o número de filhos tidos. Os dados do **Tabela 7A** mostram redução de todas as porcentagens no que se refere a discrepância por excesso na comparação dos dois anos analisados. Destacam as altas porcentagens de insatisfação por falta das mulheres que não foram mães (80,5% e 82,2%) e daquelas que tiveram apenas um filho (69,2% e 64%). Essa situação muda com aquelas mulheres que tiveram dois filhos nas quais as mulheres não discrepantes com a concretização da fecundidade atinge sua porcentagem maior (56,0% e 66,8%). A proporção de não discrepantes entre as mulheres que tiveram dois e três filhos, por sua vez, não é uma surpresa já que a média dos filhos desejados declarado pelas mulheres de 40-49 anos é de 2,71 filhos na edição da pesquisa realizada em 2006.

TABELA 7A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo filhos tidos e a condição de concretização das preferencias reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

Ano	Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n
1996					
0	80,5%	19,5%	0,0%	100%	193
1	69,2%	22,7%	8,1%	100%	200
2	33,0%	56,0%	10,9%	100%	426
3	20,6%	50,9%	28,5%	100%	556
4 ou mais	7,9%	23,9%	68,2%	100%	1127
2006					
0	82,2%	17,8%	0,0%	100%	279
1	64,0%	33,6%	2,3%	100%	438
2	23,9%	66,8%	9,3%	100%	1090
3	18,7%	46,6%	34,7%	100%	871
4 ou mais	7,6%	26,3%	66,1%	100%	1002

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

O **Tabela 7A** sugere que quanto mais filhos uma mulher tiver menores serão as chances de estar insatisfeita por falta (CARVALHO, 2014). Ao aplicar o teste de qui-quadrado (Teste χ^2), considerando o intervalo de confiança de 95%, obtivemos um p-valor que aponta para a existência de uma relação, estatisticamente significativa, entre o número de filhos tidos e a condição de discrepância por falta, nos dois anos estudados (**Tabela 7B**).

TABELA 7B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / filhos tidos - Brasil, 1996 e 2006

Filhos tidos	1996			2006		
	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total
0	80,5%	19,5%	100%	82,2%	17,8%	100%
1	69,2%	30,8%	100%	64,1%	35,9%	100%
2	33,0%	67,0%	100%	24,0%	76,0%	100%
3	20,5%	79,5%	100%	18,7%	81,3%	100%
4 ou mais	7,9%	92,1%	100%	7,6%	92,4%	100%
Total	26,6%	73,4%	100%	32,5%	67,5%	100%
n	667	1836	2502	1076	2604	3680
* p-valor (testex ²)	,000			,000		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006). // *aparecem sobreadas as cédulas que indicam significância estatística.

Para entender a concretização das preferências reprodutivas das mulheres brasileiras, a idade que estas se tornaram mães é uma dimensão que se revela importante. O **Tabela 8A** revela que aquelas mulheres que tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos acumulam as maiores percentagens de discrepância por excesso (59,4% e 42,9%), assim como aquelas que tiveram os filhos depois dos 30 anos mostram as maiores percentagens de discrepância por falta (51,0% e 49,1%). Entre as mulheres que tiveram os filhos dos 20 aos 29 anos uma grande maioria alcançou o seu tamanho ideal de família (não discrepantes), sendo 42,2% delas em 1996 e 51,7% em 2006. Cabe ressaltar a diminuição das percentagens das mulheres discrepantes por excesso do ano 1996 para o 2006, entre aquelas que iniciaram sua fecundidade em idades jovens (antes dos 20 anos) a queda é de 16 pontos percentuais. Conforme destacado pela literatura, iniciar a vida sexual e reprodutiva em idades muito jovens, aumentaria o tempo de exposição das mulheres ao risco de engravidar e ter um número elevado de filhos. Contudo, esse dado do **Tabela 8A** nos faz pensar que as mulheres brasileiras, mesmo as que tiveram filhos em idades muito jovens, estariam conseguindo controlar sua fecundidade mantendo um número reduzido de filhos.

TABELA 8A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo a idade ao ter o primeiro filho e a condição de concretização das preferências reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

Ano	Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n
1996					
Antes dos 20 anos	13,4%	27,2%	59,4%	100%	708
Entre os 20 e os 29 anos	21,6%	42,2%	36,2%	100%	1387
Depois dos 30 anos	51,0%	35,7%	13,3%	100%	214
2006					
Antes dos 20 anos	16,9%	40,2%	42,9%	100%	1028
Entre os 20 e os 29 anos	25,7%	51,7%	22,6%	100%	1773
Depois dos 30 anos	49,1%	44,3%	6,5%	100%	452

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Um indicativo da importância dessa dimensão é apontado pelo fato de que o resultado do teste do qui-quadrado de Pearson (Teste χ^2), ao nível de significância de 5%, aponta que existe relação, estaticamente significativa, entre a idade ao ter o primeiro filho e a discrepância por falta, nas duas edições da pesquisa (1996 e 2006), apresentando um p-valor < 0,05 (**Tabela 8B**).

TABELA 8B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / idade ao ter o primeiro filho - Brasil, 1996 e 2006

Idade ao ter o primeiro filho	1996			2006		
	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total
Antes dos 20 anos	13,4%	86,6%	100%	16,6%	83,4%	100%
Entre os 20 e os 29 anos	21,6%	78,4%	100%	26,1%	73,9%	100%
Depois dos 30 anos	51,0%	49,0%	100%	49,3%	50,7%	100%
Total	21,9%	78,1%	100%	26,3%	73,7%	100%
n	503	1796	2502	1076	2604	3680
p-valor (testex ²)	,000			,000		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

No ano de 1996 o fato de fazer laqueadura aparecia fortemente relacionado com a discrepância por excesso. Em 2006 ainda existe essa relação, porém com uma incidência menor. Chama a atenção também a grande diminuição das mulheres não laqueadas que tinham discrepância por excesso. Em ambas edições da pesquisa as mulheres não esterilizadas são as que apresentam as mais altas percentagens de discrepância por falta, se comparadas as que são laqueadas (**Tabela 9A**).

Tabela 9A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo esterilização e a condição de concretização das preferencias reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

Ano	Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n
1996					
Sim	17,6%	38,9%	43,4%	100%	1303
Não	36,0%	32,4%	31,6%	100%	1199
2006					
Sim	19,7%	46,4%	33,9%	100%	1549
Não	33,4%	50,1%	16,5%	100%	1118

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

A existência de relação entre a mulher de 40 a 49 anos ser laqueada e a discrepância por falta foi apontada pelo resultado do teste de qui-quadrado (Teste χ^2), considerando intervalo de confiança de 95%, como estatisticamente significativa, apresentando um p-valor $< 0,05$ (**Tabela 9B**).

TABELA 9B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / esterilização - Brasil, 1996 e 2006

Esterilização	1996			2006		
	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total
Sim	17,6%	82,4%	100%	19,8%	80,2%	100%
Não	36,0%	64,0%	100%	33,3%	66,7%	100%
Total	26,6%	73,4%	100%	25,4%	74,6%	100%
n	668	1836	2502	1076	2604	3680
p-valor (testex ²)	,000			,000		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

A variável de estado conjugal também tem trazido interessantes resultados para a discussão da concretização das preferências reprodutivas. Na comparação dos dois anos analisados, no **Tabela 10A** é destacado que as mulheres com parceiro - casadas e unidas - têm relativamente, em 2006, uma maior concretização das suas preferências reprodutivas. Em 2006, 49,2% das casadas e 36,9% das unidas não apresentavam discrepância, uma proporção mais elevada do que em 1996, em que correspondiam a 39,6% e 22,9%, respectivamente. Entre aquelas que estavam casadas, a posição relativa das categorias que representam discrepância se inverte. Em 1996, mais de um terço desse grupo estava na condição de discrepante por excesso (36,7%), mas em 2006, as

discrepantes por falta atingem um peso relativo semelhante (30,3%). Já entre as unidas há uma diminuição importante da percentagem de discrepantes por excesso de um ano para outro (47,9% passa para 35,1%), mas em uma transferência maior para a categoria de não discrepante do que de discrepantes por falta. Na verdade, até se vê uma ligeira diminuição na proporção de unidas discrepantes por falta de 1996 para 2006.

TABELA 10A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo o estado conjugal e a condição de concretização das preferências reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

Ano	Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n	
1996						
Estado conjugal	Solteiras	68,7%	27,2%	4,1%	100%	142
	Casadas	23,6%	39,6%	36,7%	100%	1641
	Unidas	29,2%	23,0%	47,9%	100%	273
	Viúvas, Divorciadas e Separadas	22,6%	31,1%	46,3%	100%	446
2006						
Estado conjugal	Solteiras	68,5%	27,0%	4,5%	100%	189
	Casadas	30,7%	49,2%	20,1%	100%	2023
	Unidas	28,0%	36,9%	35,1%	100%	738
	Viúvas, Divorciadas e Separadas	30,3%	41,6%	28,1%	100%	729

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

No que diz respeito as mulheres solteiras, aquelas que nunca foram unidas, destaca a alta percentagem de discrepantes por falta. Praticamente não se alterando de um ano para o outro (68,7% e 68,5%).

Agrupou-se aquelas mulheres que já foram casadas ou unidas, mas que no momento da pesquisa eram viúvas, separadas ou divorciadas, para assim avaliar a condição de concretização daquelas que já não viviam com companheiro ou marido. Em 1996 a maioria delas era discrepante por excesso (46,3%). Os dados de 2006 mostram uma grande mudança, pois a maior percentagem passa a ser na categoria de não discrepante (41,6%), seguida pela parcela daquelas que tem discrepância por falta (30,3%). Os dados sugerem que ter tido companheiro ou marido em algum momento da vida faz diferença para a possibilidade das mulheres concretizarem as suas preferências reprodutivas. Mas que o conjunto de dados disponível não permite explorar mais a fundo essa questão.

A aplicação do teste Qui-quadrado (Teste χ^2), de fato, aponta para a existência de uma relação, estatisticamente significativa, com intervalo de confiança de 95%, entre o estado conjugal e a discrepância por falta, nas duas edições da pesquisa (**Tabela 10B**).

TABELA 10B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / estado conjugal - Brasil, 1996 e 2006

Estado conjugal	1996			2006		
	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total
Solteiras	69,2%	30,8%	100%	68,5%	31,5%	100%
Casadas	23,6%	76,4%	100%	30,7%	69,3%	100%
Unidas	29,2%	70,8%	100%	28,0%	72,0%	100%
Viuvas, Divorciadas e Separadas	22,6%	77,4%	100%	30,3%	69,7%	100%
Total	26,7%	73,3%	100%	32,5%	67,5%	100%
n	668	1836	2502	1076	2604	3680
p-valor (testex ²)	,000			,000		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Outra dimensão considerada relevante nas análises sobre diferenciais de fecundidade é a raça/cor da mulher. Quando avaliamos a condição de discrepância segundo a raça/cor no **Tabela 11A** é possível apreciar como diminuiu as porcentagens de discrepância por excesso da edição da pesquisa de 1996 para 2006 em todas as categorias de raça/cor. Assim, em 1996, no grupo das mulheres negras – que corresponde às pardas e pretas - a condição de discrepância por excesso era a que tinha a porcentagem mais alta. Já em 2006, as discrepantes por excesso se reduzem para 28,1%, sendo superadas pelas discrepantes por falta (31,2%) e por aquelas classificadas como não discrepantes (40,7%). Contudo, chama a atenção a grande diferença entre o segmento feminino de brancas e de negras, chegando a ser em 1996 cerca de 15 pontos percentuais a mais para as negras na discrepância por excesso, e 12 pontos percentuais a menos para a condição de não discrepante. No ano de 2006, essa diferença cai, mas continua marcante, fica em torno de 10 pontos percentuais a mais para as negras na discrepância por excesso e 7 pontos percentuais para as não discrepantes. O que sugere que as mulheres negras ainda enfrentariam mais constrangimentos do que as brancas na concretização das suas preferências de fecundidade. Carvalho (2014) aponta que esta diferença pode estar influenciada pelos diferenciais socioeconômicos a que estão sujeitas as mulheres nestes diferentes grupos de classificação de cor. Por outro lado, as mulheres discrepantes por falta aumentam seu peso relativo de um ano para outro, e em

2006 estão por volta dos 30% para ambos grupos de raça/cor. Desafortunadamente, a categoria “outras”, que contem mulheres indígenas e amarelas não pode ser levada em consideração na análise pelo pequeno número de casos, fazendo com que sua distribuição relativa não tenha um significado mais consistente.

TABELA 11A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo classificação de cor e a condição de concretização das preferencias reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

Ano		Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n
Classificação de cor	1996					
	Branca	27,3%	42,9%	29,8%	100%	1020
	Negra	25,7%	29,8%	44,5%	100%	1471
	Outras	61,5%	30,8%	7,7%	100%	8
	2006					
	Branca	34,7%	47,2%	18,2%	100%	1568
Negra	31,2%	40,7%	28,1%	100%	1938	
Outras	27,5%	43,0%	29,5%	100%	138	

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Considerando um nível de significância de 5%, o teste Qui-Quadrado (Teste χ^2) apresentou um p-valor $< 0,05$, apontando para a existência de relação estatisticamente significativa entre a raça/cor das mulheres e a condição de discrepantes por falta, para os dois anos estudados (**Tabela 11B**).

TABELA 11B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / classificação cor - Brasil, 1996 e 2006

Classificação Cor	1996			2006		
	Tem discrêpancia por falta	Não tem discrêpancia por falta	Total	Tem discrêpancia por falta	Não tem discrêpancia por falta	Total
Branças	27,3%	72,7%	100%	34,7%	65,3%	100%
Negras	25,7%	74,3%	100%	31,2%	68,8%	100%
Outras	61,5%	38,5%	100%	27,6%	72,4%	100%
Total	26,6%	73,4%	100%	32,6%	67,4%	100%
n	666	1836	2502	1076	2604	3680
p-valor (testex ²)	,020			,038		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

No que se refere ao nível de escolaridade da mulher, que é uma variável de extrema importância para a compreensão dos níveis e padrões de fecundidade, é possível constatar, como esperado, que quanto maior o nível de escolaridade menor a

proporção de mulheres de 40 a 49 anos com discrepância por excesso em ambas edições da pesquisa, como reflete o **Tabela 12A**.

TABELA 12A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo faixas de anos de estudo e a condição de concretização das preferencias reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

Ano	Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n
1996					
Sem inst. e alfabetização de adultos	19,4%	16,1%	64,5%	100%	326
1-3 anos de estudo	22,5%	25,6%	51,9%	100%	670
4-7 anos de estudo	23,9%	40,8%	35,3%	100%	771
8-11 anos de estudo	33,2%	47,5%	19,2%	100%	363
12 e mais anos de estudo	44,0%	41,5%	14,5%	100%	188
2006					
Sem inst. e alfabetização de adultos	30,4%	26,1%	43,6%	100%	268
1-3 anos de estudo	31,4%	35,3%	33,3%	100%	574
4-7 anos de estudo	23,9%	45,2%	30,9%	100%	1155
8-11 anos de estudo	36,5%	46,7%	16,8%	100%	1223
12 e mais anos de estudo	42,2%	52,2%	5,6%	100%	427

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

A porcentagem de mulheres não discrepantes com o número de filhos tidos também aumenta com a acumulação de anos de estudo. E aquelas que estão discrepantes por falta tanto em 1996 quanto em 2006 representam mais de 40% das mulheres na faixa mais elevada de escolaridade (**Tabela 12A**).

E como esperado, a existência de relação entre o nível de escolaridade da mulher e a discrepância por falta foi apontada pelo resultado do teste de qui-quadrado (Teste χ^2), considerando intervalo de confiança de 95%, como estatisticamente significativa, apresentando um p-valor < 0,05 (**Tabela 12B**).

TABELA 12B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / anos de estudo - Brasil, 1996 e 2006

Anos de estudo	1996			2006		
	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total
Sem inst. e alfabetização de adultos	19,3%	80,7%	100%	29,4%	70,6%	100%
1-3 anos de estudo	22,5%	77,5%	100%	31,4%	68,6%	100%
4-7 anos de estudo	23,9%	76,1%	100%	23,9%	76,1%	100%
8-11 anos de estudo	33,2%	66,8%	100%	36,5%	63,5%	100%
12 e mais anos de estudo	44,2%	55,8%	100%	42,2%	57,8%	100%
Total	26,7%	73,3%	100%	32,6%	67,4%	100%
n	668	1836	2502	1076	2604	3680
p-valor (testex ²)	,000			,000		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Quando se analisa a diferença entre as mulheres que estavam incorporadas ao mercado laboral (além das atividades domésticas) e aquelas que não estavam, a expectativa, apoiada na literatura, era que as mulheres que estejam no mercado de trabalho teriam mais problemas para concretizar o tamanho ideal de família (MCDONALD, 2000b; SORJ, 2005).

No entanto, os dados para as mulheres de 40 a 49 anos não parecem apontar nessa direção, a princípio. Pois as percentagens de discrepantes, seja por falta ou excesso, entre as mulheres que trabalham e aquelas que não estão incorporadas ao mercado laboral se mostram muito similares (**Tabela 13A**). Carvalho (2014) em seu trabalho também chama atenção que não há um comportamento muito diferente entre aquelas mulheres que trabalham daquelas que não exercem atividade remunerada. De fato, o **Tabela 13A** mostra apenas uma inversão na distribuição relativa das categorias de discrepantes entre um ano e outro, mas que pouco diferencia as mulheres que trabalham das que não trabalham.

TABELA 13A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo a condição de inserção no mercado laboral e a condição de concretização das preferencias reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

	Ano	Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n
Trabalha, além das atividades domésticas?	1996					
	Sim	27,3%	36,2%	36,6%	100%	1489
	Não	25,9%	35,2%	38,9%	100%	1008
	2006					
	Sim	33,4%	45,1%	21,5%	100%	2056
	Não	31,2%	42,1%	26,7%	100%	1624

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

E de fato, o p-valor resultante do teste de qui-quadrado, considerando intervalo de confiança de 95%, aponta para a não existência de relação entre a condição de ocupação da mulher e a discrepância por falta (**Tabela 13B**).

TABELA 13B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta/trabalha além das atividades domésticas? Brasil, 1996 e 2006

Trabalha, além das atividades domésticas?	1996			2006		
	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total
Sim	27,3%	72,7%	100%	33,4%	66,6%	100%
Não	25,9%	74,1%	100%	31,2%	68,8%	100%
Total	26,7%	73,3%	100%	32,5%	67,5%	100%
n	668	1836	2502	1076	2604	3680
p-valor (testex ²)	,451			,160		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Outra dimensão que não exibiu grandes diferenças na distribuição relativa entre suas categorias foi a situação de domicílio (**Tabela 14A**). Chama a atenção que o grupo de mulheres de 40 a 49 anos discrepantes por falta que tinham as porcentagens mais baixas em 1996 (27,8% nas áreas urbanas e 21,3% no rural), dez anos depois passou a ser a segunda categoria com maior peso relativo, logo em seguida das mulheres não discrepantes, com 32,8% no urbano e 31,2% no rural. No ano de 2006, a discrepância por falta passa a atingir igualmente as mulheres que moram no urbano e aquelas que moram no rural. Destaca que quase a metade das mulheres na área rural apresentava discrepância por excesso, em 1996, passando a ser menos de 1/3 desse segmento em 2006 (**Tabela 14A**).

TABELA 14A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo a situação do domicílio e a condição de concretização das preferências reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

	Ano	Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n
Situação do domicílio	1996					
	Urbano	27,8%	37,2%	35,1%	100%	2033
	Rural	21,3%	29,0%	49,7%	100%	469
	2006					
	Urbano	32,8%	44,8%	22,4%	100%	2625
	Rural	31,2%	38,4%	30,4%	100%	1055

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Interessante apontar que ao avaliar a relação existente entre a situação de domicílio e a discrepância por falta, verificamos que o p-valor do teste de qui-quadrado, ao nível de significância de 5%, se mostrou estatisticamente significativa apenas para o ano de 1996 (**Tabela 14B**).

TABELA 14B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / situação do domicílio - Brasil, 1996 e 2006

Situação do domicílio	1996			2006		
	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total
Urbano	27,8%	72,2%	100%	32,7%	67,3%	100%
Rural	21,3%	78,7%	100%	31,2%	68,8%	100%
Total	26,7%	73,3%	100%	32,5%	67,5%	100%
n	668	1836	2502	1076	2604	3680
p-valor (testex ²)	,002			,467		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Olhando para as diferenças regionais (**Tabela 15A**), o Sul e o Sudeste já em 1996 mostravam as maiores percentagens de mulheres de 40 a 49 anos não discrepantes com o número de filhos que tinham (46,0% e 39,7%). E no ano 2006, assim como em outras características destacadas anteriormente, a discrepância por falta passa a ser relativamente maior do que a discrepância por excesso. No Nordeste, em 2006, a discrepância por excesso continua sendo a percentagem maior (34,1%) mas experimentou uma redução de 20 pontos percentuais, em relação ao observado para 1996, que atingia 53,9%, isso é uma queda nada desprezível em tão curto período de

tempo. O dado acompanha a tendência de intensa redução da fecundidade nas regiões Norte e Nordeste, que historicamente são marcadas por grande desigualdade social e elevadas taxas de fecundidade comparadas às demais regiões do país.

TABELA 15A: Distribuição percentual das mulheres de 40 a 49 anos segundo as grandes regiões de residência e a condição de concretização das preferências reprodutivas - Brasil, 1996 e 2006

Ano		Discrepância por falta	Não discrepância	Discrepância por excesso	Total	n
Grandes Regiões	1996					
	Norte	17,5%	34,0%	48,5%	100%	219
	Nordeste	23,8%	22,3%	53,9%	100%	883
	Sudeste	27,2%	39,7%	33,1%	100%	764
	Sul	26,7%	46,0%	27,3%	100%	380
	Centro-Oeste	38,3%	28,6%	33,1%	100%	256
	2006					
	Norte	24,3%	41,5%	34,2%	100%	480
	Nordeste	33,4%	32,6%	34,1%	100%	700
	Sudeste	32,7%	47,5%	19,8%	100%	852
Sul	33,7%	48,1%	18,1%	100%	916	
Centro-Oeste	31,6%	47,8%	20,5%	100%	732	

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

Semelhante ao observado para a situação de domicílio, a relação entre a grande região onde reside a mulher e a discrepância por falta apenas foi apontada pelo teste qui-quadrado (Teste χ^2), considerando intervalo de confiança de 95%, para o ano de 1996 (Tabela 15B).

TABELA 15B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / grandes regiões - Brasil, 1996 e 2006

Grandes Regiões	1996			2006		
	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total	Tem discrepância por falta	Não tem discrepância por falta	Total
Norte	17,5%	82,5%	100%	24,5%	75,5%	100%
Nordeste	23,8%	76,2%	100%	33,4%	66,6%	100%
Sudeste	27,2%	72,8%	100%	32,7%	67,3%	100%
Sul	26,7%	73,3%	100%	33,7%	66,3%	100%
Centro-Oeste	38,3%	61,7%	100%	31,7%	68,3%	100%
Total	26,7%	73,3%	100%	32,5%	67,5%	100%
n	668	1836	2502	1076	2604	3680
p-valor (testex ²)	,001			,152		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

3.4 A concretização das preferências reprodutivas desde a perspectiva das relações de gênero

Em grande medida, a decisão de ter ou não mais filhos, assim como o planejamento que essa decisão requer, está inserida no contexto de um relacionamento afetivo. Em diálogo com a revisão teórica do Capítulo I, se estabeleceu o pressuposto de que a maior igualdade entre os parceiros pode significar para a mulher condições mais vantajosas para concretizar satisfatoriamente suas preferências reprodutivas.

Para melhor aprofundar na reflexão sobre a concretização das preferências reprodutivas e sua relação com a dimensão das relações de gênero, mas com as restrições próprias dos dados quantitativos, foram selecionadas algumas variáveis fornecidas tanto pela DHS 1996 como pela PNDS 2006, que poderiam gerar *proxies* para que pudessem indicar características de uma parceria mais equitativa. Dessa forma, essa análise será aplicada só para as mulheres casadas ou unidas de 40 a 49 anos de idade. Os achados estão apresentados no **Tabela 16A**.

A primeira variável considerada se refere a relação de parentesco com o responsável do domicílio. Nos casos em que as mulheres entrevistadas são cônjuges do responsável do domicílio registram as percentagens mais altas na categoria de não discrepância (38,0% e 45,9%). E aquelas mulheres cônjuges que estavam na categoria de discrepância por excesso na edição de 1996, sofrem uma importante queda em 2006. Chama a atenção que entre aquelas mulheres que se declararam como responsáveis do domicílio em ambas edições da pesquisa a maior percentagem se situa na categoria de discrepância por excesso (45,6% e 39,1%). Na hipótese inicial se incluiu essa variável partindo do pressuposto de que a mulher ao se declarar como chefe, tendo companheiro, significaria um signo de empoderamento feminino ou pelo menos um sintoma de relacionamento de gênero mais igualitário que levaria a uma situação mais vantajosa para satisfazer as preferências reprodutivas. Assim, era esperado que isso associasse as mulheres mais a categoria de não discrepância do que a uma condição de discrepância por excesso tão elevada (**Tabela 16A**).

Uma outra dimensão selecionada para o casal diz respeito aquela que mensura o número de uniões da mulher, no caso se aquela era a primeira união ou não. Os dados de 1996 e 2006 refletem que uma maioria das mulheres que casaram mais de uma vez tem discrepância por excesso. Isso pode se dever a um replanejamento da fecundidade em cada nova união, que acabe gerando um excesso na parturição a respeito do que

idealmente é desejado. Assim, destaca-se que no ano de 2006 a grande diferença entre aquelas que só casaram uma vez e aquelas que casaram mais de uma na categoria de discrepância por excesso (19,3% e 45,3%). Em troca as mulheres que só traçaram um plano de fecundidade, aquelas que mantiveram o mesmo parceiro, se mostram em ambas edições da pesquisa mais propensas a serem não discrepantes. Ao mesmo tempo na categoria de discrepância por falta, no ano 2006, as mulheres unidas uma vez acumulam maiores percentagens (**Tabela 16A**).

Ao analisar a diferença de idade entre os parceiros como um possível indicador da existência de relações de poder e que teria influência nas decisões reprodutivas do casal, os dados mostram que as mulheres de mais idade que o parceiro tenderam relativamente a apresentar mais discrepância por falta em ambas edições da pesquisa (40,9% e 36,4%). E pertencer ao mesmo grupo etário seria mais propenso a não ter discrepância, tanto em 1996 quanto em 2006 (40,5% e 45,1%, respectivamente). As mulheres que são mais jovens do que os parceiros acumulavam uma alta percentagem de discrepância por excesso em 1996 (43,9%), mas que em 2006 se reduz expressivamente (26,7%) o que sugere que a relação de poder que poderia estar gerando a diferença de idade em 1996 em 2006 não repercute tanto no fato de as mulheres ter mais filhos do que desejado (**Tabela 16A**).

TABELA 16A: Distribuição percentual de mulheres (40-49 anos) casadas ou unidas segundo variáveis proxies de equidade de gênero e sua condição de concretização das preferências reprodutivas. Brasil, 1996 e 2006.

	1996					2006				
	discrepância por falta	não discrepância	discrepância por excesso	Total	n	discrepância por falta	não discrepância	discrepância por excesso	Total	n
Condição no domicílio										
Responsável	27,8	26,6	45,6	100,0	80	31,4	29,5	39,1	100,0	73
Conjuge	23,8	38,0	38,2	100,0	1806	29,4	45,9	24,7	100,0	2600
Outro	49,9	31,0	19,0	100,0	28	48,3	45,8	5,9	100,0	83
Número de uniões da mulher										
Uma	23,7	40,1	36,2	100,0	1638	32,4	48,2	19,3	100,0	2204
Mais de uma	28,3	22,0	49,7	100,0	268	20,7	34,0	45,3	100,0	541
Idade dos parceiros										
Mulher com idade superior a do parceiro	40,9	22,9	36,1	100,0	139	36,4	31,2	32,5	100,0	239
Mulher e parceiro são do mesmo grupo etário	24,0	40,5	35,5	100,0	1182	32,8	45,1	22,1	100,0	1664
Mulher com idade inferior a do parceiro	21,4	34,7	43,9	100,0	587	22,7	50,6	26,7	100,0	849
Escolaridade dos parceiros										
Mesmo nível de escolaridade	23,2	39,3	37,5	100,0	581	32,4	49,0	18,6	100,0	794
Mulher maior nível de escolaridade	25,4	38,2	36,3	100,0	680	27,5	47,5	25,0	100,0	964
Parceiro maior nível de escolaridade	24,3	35,4	40,3	100,0	605	31,2	43,0	25,8	100,0	727
Decisão destino da renda da mulher										
Mulher	25,4	36,9	37,8	100,0	732	32,4	43,1	24,5	100,0	1338
Parceiro	28,2	36,3	35,5	100,0	69	33,6	43,4	23,0	100,0	113
Em conjunto	20,9	43,6	35,5	100,0	273	31,8	50,0	18,1	100,0	318
Preferência reprodutiva do casal										
Ambos desejam o mesmo número de filhos	21,8	47,0	31,3	100,0	1119	37,1	45,7	17,2	100,0	900
Parceiro deseja mais filhos	22,1	27,2	50,8	100,0	339	30,6	45,0	24,4	100,0	155
Parceiro deseja menos filhos	39,6	21,7	38,7	100,0	235	72,2	11,6	16,2	100,0	107

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006)

Quanto ao nível de escolaridade dos parceiros nota-se que quando o parceiro possui maior nível de escolaridade as maiores percentagens encontram-se na categoria de discrepância por excesso nos dois anos da pesquisa (40,3% e 25,8%). Pode se interpretar que um maior nível de escolaridade do parceiro geraria uma relação de poder que seria mais desfavorável para a concretização das preferências reprodutivas femininas. Quando ambos parceiros tem um nível de escolaridade compatível, as percentagens mais altas são vistas na categoria de não discrepantes em 1996 (39,3%) e 2006 (49,0%), assim como exibem baixa percentagem de discrepância por excesso em 2006 (18,6%). Isso parece indicar que tendo o mesmo nível de escolaridade existe um maior consenso no casal e uma implementação menos discrepante das preferências reprodutivas da mulher. Entre as mulheres que tem maior nível de escolaridade do que o parceiro as maiores percentagens se acumulam na categoria não discrepante (38,2% e 47,5), e a alta percentagem de discrepância por excesso em 1996 (36,3%) diminui em 2006 (25,0%) ao mesmo tempo que aumenta ligeiramente a discrepância por falta (de 25,4% para 27,5%). Caberia afirmar aqui que um maior nível de escolaridade do parceiro parece que intervém para que ocorra uma maior discrepância por excesso assim como a mulher ter uma escolaridade semelhante ou superior ao do parceiro tenderia a gerar uma condição mais vantajosa para a concretização das preferências reprodutivas femininas (**Tabela 16A**).

No que se refere a decisão sobre quem gerencia a renda que a mulher ganha, foram levadas em consideração 3 categorias possíveis: a mulher, o parceiro e em conjunto. Em relação com a condição de concretização das preferências reprodutivas, quando essa decisão é conjunta, em ambas edições da pesquisa, apresenta proporções mais altas de mulheres não discrepantes (43,6% e 50,0%). Entre as mulheres com discrepância por falta que sofrem um aumento de 1996 para 2006, as percentagens menores em ambos anos são também daqueles casais que resolvem em conjunto (20,9% e 31,8%). Então mais uma vez se intui que casais com dinâmicas mais igualitárias geram maiores percentagens de não discrepância. Chama a atenção dentre as mulheres discrepantes por excesso a queda das percentagens entre 1996 e 2006, especialmente entre aqueles casais que resolvem em conjunto (35,5% e 18,1%). Dentre as mulheres que responderam ser as únicas responsáveis sobre o dinheiro que ganham surpreende que no ano 1996 a discrepância por excesso seja a categoria mais importante pois

esperava-se que essas mulheres mostrassem mais altas percentagens de não discrepância (como ocorre no ano 2006) ou de discrepância por falta (**Tabela 16A**).

Ao analisar o número desejado de filhos por ambos parceiros cabe destacar que quando os dois desejam o mesmo número de filhos as percentagens mais altas são os da categoria não discrepante em ambos anos da pesquisa (47,0% e 45,7%). Mas parece que quando não há consenso no número de filhos desejados a concretização da fecundidade das mulheres parece tender a não satisfação do desejo feminino, pois entre aquelas mulheres em que o parceiro deseja mais filhos acumulam 50,8% (1996) de discrepância por excesso e quando o parceiro deseja menos filhos um elevado 72,2% (2006) das mulheres tem discrepância por falta (**Tabela 16A**).

Por último, depois da análise das variáveis relacionadas com a equidade de gênero no casal se faz necessário aplicar aqui também o teste Qui-Quadrado (Teste χ^2) para descobrir quais dessas variáveis estão relacionadas com a categoria de mulheres discrepantes por falta especificamente. A aplicação do teste revelou que há uma relação estatisticamente significativa, considerando o intervalo de confiança de 95%, nos dois anos estudados entre a categoria discrepantes por falta e as seguintes variáveis: “Condição no domicílio”, “Idade dos parceiros” e “Preferência reprodutiva do casal” (**Tabela 16B**).

Para a variável “Número de uniões da mulher”, o teste do qui-quadrado apontou para a existência de relação, estatisticamente significante, ao nível de significância de 5%, com a discrepância por falta apenas para o ano de 2006. Enquanto que para as variáveis “Escolaridade dos parceiros” e “Decisão destino da renda da mulher” apresentaram um p-valor $>0,05$, no teste do qui-quadrado, nos dois anos destacados, não apontando dessa forma para a existência de uma relação estatisticamente significante com a discrepância por falta (**Tabela 16B**).

TABELA 16B: Teste Qui-Quadrado mulheres discrepantes por falta / variáveis selecionadas - Brasil, 1996 e 2006

	1996			2006		
	Tem discrêpancia por falta	Não tem discrêpancia por falta	Total	Tem discrêpancia por falta	Não tem discrêpancia por falta	Total
Condição no domicílio						
Responsavel	27,5%	72,5%	100%	31,1%	68,9%	100%
Conjuge	23,4%	76,6%	100%	28,8%	71,2%	100%
Outro	48,3%	51,7%	100%	49,4%	50,6%	100%
Total	23,9%	76,1%	100%	29,4%	70,6%	100%
n	466	1484	1950	825	1977	2810
* p-valor	,006			,000		
Número de uniões da mulher						
Uma	23,2%	76,8%	100%	31,7%	68,3%	100%
Mais de uma	27,8%	72,2%	100%	20,3%	79,7%	100%
Total	23,9%	76,1%	100%	29,4%	70,6%	100%
n	466	1484	1950	825	1977	2810
p-valor	,099			,000		
Idade dos parceiros						
Mulher com idade superior a do parceiro	41,0%	59,0%	100%	36,7%	63,3%	100%
Mulher e parceiro são do mesmo grupo etario	23,5%	76,5%	100%	32,3%	67,7%	100%
Mulher com idade inferior a do parceiro	21,1%	78,9%	100%	21,8%	78,2%	100%
Total	24,0%	76,0%	100%	29,4%	70,6%	100%
n	466	1484	1950	825	1977	2810
p-valor	,000			,000		
Escolaridade dos parceiros						
Mesmo nivel de escolaridade	22,8%	77,2%	100%	31,6%	68,4%	100%
Mulher maior nivel de escolaridade	25,2%	74,8%	100%	27,2%	72,8%	100%
Parceiro maior nivel de escolaridade	23,8%	76,2%	100%	30,7%	69,3%	100%
Total	24,0%	76,0%	100%	29,6%	70,4%	100%
n	466	1484	1950	825	1977	2810
p-valor	,587			,093		
Decisão destino da renda da mulher						
Mulher	25,1%	74,9%	100%	32,1%	67,9%	100%
Parceiro	26,4%	73,6%	100%	32,7%	67,3%	100%
Em conjunto	20,1%	79,9%	100%	31,8%	68,2%	100%
Total	23,9%	76,1%	100%	32,1%	67,9%	100%
n	466	1484	1950	825	1977	2810
p-valor	,206			,981		
Preferência reprodutiva do casal						
Ambos desejam o mesmo numero de filhos	21,5%	78,5%	100%	36,3%	63,7%	100%
Parceiro deseja mais filhos	22,0%	78,0%	100%	29,7%	70,3%	100%
Parceiro deseja menos filhos	39,4%	60,6%	100%	71,0%	29,0%	100%
Total	24,0%	76,0%	100%	38,5%	61,5%	100%

n	466	1484	1950	825	1977	2810
p-valor	,000			,000		

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006). // *aparecem sobre as cedulas que indicam significancia estatística.

O objetivo desse capítulo foi fazer uma análise descritiva atenta, que pudesse fornecer elementos para continuar desdobrando a análise do panorama apontado pela bibliografia no primeiro capítulo. Essas dimensões exploradas, a partir do teste de hipóteses já darão um caminho para refinar os resultados em estudos futuros que incidam no aprofundamento da análise da relação dessas variáveis com a concretização das preferências reprodutivas das mulheres. Assim como seria recomendável estudar a temática problematizada com métodos que complementem as técnicas quantitativas e desvendem outros mediadores de mais difícil mensuração que intervenham também no complexo processo de que as mulheres consigam ter os filhos que desejam ter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial dessa dissertação era conhecer quais fatores estariam relacionados com o fato das mulheres não conseguirem atingir o número de filhos que desejavam. Contudo, ao longo do desenvolvimento do estudo foi revelando interessantes resultados também para pensar sobre as mulheres que tinham mais filhos do que declaravam como ideal e aquelas outras que não tinham discrepância entre os filhos tidos e os filhos desejados. Isso propiciou que as três categorias fossem incluídas na análise, mas tendo sempre como foco as mulheres discrepantes por falta.

A principal conclusão desse estudo se refere as consideráveis mudanças na distribuição das mulheres nessas 3 categorias no curto período de 10 anos que separam as duas pesquisas utilizadas como fontes para esse trabalho. Em 1996, as mulheres chegavam no fim do período reprodutivo (40-49 anos) declarando em sua maioria ter uma discrepância por excesso (37%), contudo, 10 anos depois essa percentagem caiu para o 23,7%. Em 2006, a categoria mais relevante foi a das mulheres que tinham o mesmo número de filhos que o declarado como ideal. Aquelas mulheres, foco do estudo, as discrepantes por falta, registram um aumento no decorrer desses 10 anos que as levou a somar a percentagem nada depreciável de 32,5% do total das mulheres de 40 a 49 anos em 2006. Esses dados emergem já em um cenário de baixa fecundidade no qual o aumento do número de mulheres que desejam ter mais filhos do que realmente tem conformam um fenômeno atual e em tendência crescente.

Esta mudança de cenário com o aumento relativo da discrepância por falta pode ser vista enquanto uma persistência da violação dos direitos reprodutivos das mulheres, que até então se dava em grande medida pelo excesso de filhos tidos pelas mulheres nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. O excesso de fecundidade com respeito ao desejado no passado motivou uma série de ações governamentais e não governamentais para ampliar o acesso aos métodos anticonceptivos e a informação de planejamento familiar visando garantir que as mulheres puderam planejar e exercer sua fecundidade do jeito desejado. A nova situação requer também a atenção dos poderes públicos para ajudar a alcançar de fato a satisfatória concretização das preferências reprodutivas, combatendo, dessa forma a violação dos direitos.

Na procura dos mediadores que influenciam essa concretização das preferências reprodutivas das mulheres foi analisado um conjunto de variáveis sociodemográficas e sua relação com as três categorias de concretização – discrepantes por falta, não discrepantes e discrepantes por excesso - com achados que merecem ser destacados.

Ao questionamento inicial de que se a idade que as mulheres se tornam mães tem alguma relação com o nível de discrepância que declaram no final do seu período reprodutivo, os dados responderam afirmativamente. A idade ao ter o primeiro filho se mostrou fundamental para a concretização das preferências reprodutivas, pois quanto mais cedo as mulheres se tornam mães, mais anos elas ficariam expostas a ter outros filhos e isso aumentaria as percentagens de discrepantes por excesso, particularmente, daquelas mulheres que foram mães antes dos 20 anos. No sentido oposto, aquelas mulheres que tiveram o primeiro filho depois dos 30 anos, ou seja, que tem menos tempo de exposição uma vez que se tornaram mães em idades mais tardias, acumulariam as maiores percentagens de discrepância por falta.

A análise considerando as mulheres laqueadas mostra uma maior concentração de discrepância por excesso entre aquelas que adotaram esse método anticoncepcivo definitivo em 1996, mas passam a ser maioria relativa entre as não discrepantes, em 2006. Em troca, as mulheres não esterilizadas registram no ano de 2006 uma baixa percentagem de discrepantes por excesso. Em ambas edições da pesquisa as mulheres não esterilizadas sustentam altas percentagens de discrepância por falta. Ou seja, os dados sugerem que as mulheres que optaram por esse método contracepcivo definitivo relativamente já teriam alcançado ou excedido o seu ideal de filhos. Importante lembrar que para melhor entender essa relação deve-se considerar também os parceiros vasectomizados e aqueles casais onde um ou ambos os parceiros são estéreis. Um aprofundamento que não foi possível aqui, mas que é importante relembrar.

Sobre o estado conjugal, os dados apontaram que o fato de ter (casadas ou unidas) ou ter tido (viúvas, separadas, divorciadas) um parceiro parece diminuir a chance de ter discrepância por falta, que em ambos anos se concentra mais nas mulheres solteiras.

E como esperado, a variável de anos de estudo apontou que as mulheres com menor nível de escolaridade relativamente têm mais discrepância por excesso enquanto as mulheres com mais anos de estudo acumulados registrariam uma maior percentagem de discrepância por falta. Ou seja, essa variável confirma claramente a hipótese prevista

de que existe uma maior discrepância por falta na concretização da fecundidade quanto maior é o nível de escolaridade da mulher.

E de forma contrária à hipótese inicial, de que as mulheres que trabalham poderiam estar mais associadas à discrepância por falta, os dados revelaram que não há muita diferença na condição de concretização da fecundidade entre mulheres que trabalham e as que não trabalham. Os resultados mostram, de fato, não existir uma relação significativa estatisticamente entre o fato da mulher estar incorporada ao mercado laboral e a condição de discrepância por falta. Por outro lado, é preciso lembrar que a exploração dessa dimensão foi limitada pela escassez de informações contidas na fonte utilizada. E que a questão merece ser retomada quando possível com outros recortes da característica laboral das mulheres.

No que se refere a análise espacial, as mulheres que moram em áreas rurais parecem ter mais discrepância por excesso, assim como aquelas que moram no urbano tem altas percentagens de não discrepantes. A análise das grandes regiões revelou que as mulheres discrepantes por falta se concentram no Sul e Sudeste. Ainda nesse sentido merece uma menção as mudanças acontecidas na região Nordeste, aonde a discrepância por excesso diminui 20 pontos percentuais no período de apenas 10 anos.

O questionamento sobre se há relação entre parceiros com características mais igualitárias e a consecução não discrepante das preferências reprodutivas da mulher, na exploração do conjunto de variáveis que geraram *proxies* de igualdade de gênero destacam-se os achados em relação a diferença de idade entre os parceiros que demonstrou que quando estes pertencem ao mesmo grupo etário as percentagens de não discrepância são maiores. Assim como na variável sobre quem decide sobre a renda da mulher, aqueles casais que resolvem em conjunto acumulam maiores níveis de não discrepância.

Contudo, a diferença de nível de escolaridade chamou a atenção por demonstrar que quando o parceiro tem mais anos de estudo, as mulheres acumulam maiores percentagens de discrepância por excesso quando comparado com as outras categorias. Assim como se mostrou que o número de filhos desejado pelo parceiro parece fundamental para entender a concretização das preferências reprodutivas das mulheres. Quando o parceiro deseja mais filhos que a mulher, elas acumulam percentagens de discrepância por excesso muito altas. No extremo oposto quando os parceiros desejam um número de filhos menor, as mulheres têm em sua grande maioria discrepância por falta. Esses últimos achados levam ao questionamento de como afetam a concretização

das preferências reprodutivas da mulher as relações de poder dentro do casal, quando os homens possuem uma característica que remete a uma condição de maior vantagem para eles.

A inclusão da dimensão das relações de gênero para estudar a concretização das preferências reprodutivas apontada como fundamental pela bibliografia do marco teórico desse trabalho encontrou vários impedimentos para ser aplicada, em grande parte pelas restrições dos dados quantitativos que são difíceis de serem utilizados para mensurar um fenômeno tão complexo. O desenvolvimento dessa pesquisa mostra que é preciso avançar para além dos dados quantitativos para aprofundar no entendimento desse fenômeno, principalmente, considerando as relações de poder entre parceiros afetivos-sexuais.

Nesse sentido também é preciso destacar a necessidade da continuidade de estudos sobre o tema que permitam avaliar se a discrepância por falta é de fato uma tendência que permanecerá ou se intensificará nesse contexto de continuada fecundidade baixa. As próximas edições da pesquisa PNDS poderiam trazer a possibilidade de fazer um estudo de coortes hipotéticas no que se analise cada um dos constrangimentos considerados aqui e sua evolução ao longo de ditas “gerações”. Além disso, os questionamentos surgidos no decorrer desse trabalho abrem novas possibilidades de trabalhar com os dados quantitativos que poderão ser mais aproveitados mediante uma modelagem que indique a intensidade e sentido da contribuição das diferentes variáveis que tem se verificado como estatisticamente significantes pelo teste qui-quadrado.

Espera-se que a problematização da temática exposta nesse trabalho sirva para contribuir na discussão sobre a discrepância por falta em um contexto de populações com baixa fecundidade no qual crescente proporção de mulheres não estão conseguindo ter o número de filhos que desejam ter. Situando essa questão dentro do debate mais amplo dos direitos reprodutivos, como algo que de alguma forma mostra uma violação desses direitos. Cenário que requereria a intervenção do Estado mediante políticas públicas que garantam às mulheres as condições necessárias para que os “custos” na decisão de ter (mais) um filho se reduzam ao mínimo, assegurando assim o direito reprodutivo de que a mulher tenha os filhos que deseja ter. Pois é o Estado o principal interessado em que a fecundidade não caia além do nível de reposição para poder garantir sua viabilidade. E são as mulheres cujo desejo por filhos é maior do que a sua parturição as que estariam em condições de aumentar em alguma medida a TFT.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, F. La familia em los estudios de población en América Latina: estado del conocimiento y necesidades de investigación. **Papeles de Población**, México, n. 37, 2003.
- ADSERA, A. Where are the babies? Labor market conditions and fertility in Europe. **European Journal of Population**, Amsterdam, v. 21, n. 1, p. 1-32, 2011.
- ADSERA, A. An economic analysis of the gap between desired and actual fertility: the case of Spain. **Review of Economics of the Household**, v. 4, n. 1, p. 75-95, 2006.
- ÁLVAREZ, B.; MILES, D. Gender effects on household work allocation. **Journal of Population Economics**, Berlim, v. 16, n. 2, p. 227-242, 2003.
- ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: _____. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas, SP: Fundo de População das Nações Unidas, 2009.
- _____. **Questões demográficas: fecundidade e gênero**. Rio de Janeiro, RJ: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. 43p. (Textos para discussão, 9).
- _____. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. 298f. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1994.
- ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005.
- ARILHA, M.; BERQUÓ, E. Cairo +15: trajetórias globais e caminhos brasileiros em saúde reprodutiva e direitos reprodutivos. In: _____. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas, SP: Fundo de População das Nações Unidas, 2009.
- ARIZA, M.; OLIVEIRA, O. Unión conyugal e interrupción de la trayectoria laboral de las trabajadoras urbanas en México. In: COSÍO-ZAVALA, M. E.; COUBÈS, M. L.; ZENTENO R. (Coord.). **Cambio demográfico y social en México em el siglo XX: um estudio demográfico de historias de vida**. México: Colegio de la Frontera Norte, 2003.
- AURELIANO, L.; DARIBE, S. A especificidade do Welfare State brasileiro. **Economia e Desenvolvimento**, Brasília, DF, CEPAL, n.3, 1989.
- ÁVILA, M. B. Modernidade e saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 382-93, 1993.
- BARROS, J. V.; WONG, L. R. E. Implementação das preferências reprodutivas no contexto de queda da fecundidade, segundo o tipo de união: um estudo para Brasil e México. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5., 2012, Uruguay. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2012.
- BARTHOLO, L. O. S. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

BECKER, G. S. **A treatise on the family**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

BECKMAN, L. J. Communication, power, and the influence of social network in couple decisions on fertility. In: BULATAO, R. A.; LEE, R. D. (Ed.). **Determinants of fertility in developing countries**. New York, NY: Academic Press, v. 2, 1983. p. 415-443.

BERNARDI, F. Public policies and low fertility: rationales for public intervention and a diagnosis for the Spanish case. **Journal of European Social Policy**, London, v. 15, n. 2, p. 123-138, 2005.

BERNHARDT, E.; GOLDSCHIEDER, F. Gender equality, parenthood attitudes, and first births in Sweden. **Vienna Yearbook of Population Research**, Vienna, v. 4, p. 19-39, 2006.

BERQUÓ, E. S.; CAVENAGHI, S. M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 31, n. 2, dec.2014.

_____; GARCIA, S. Algumas considerações sobre a reprodução tardia no Brasil. In: CUNHA, J. M. P.; TURRA, C. M. (Org.) **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. p. 135-139. (Demografia em Debate, v. 4).

_____; LIMA, L.P. Intenções reprodutivas e planejamento da fecundidade. In: Ministério da Saúde; CEBRAP. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006**. Brasília, DF, 2008. p. 195-206. (Relatório Final).

BJÖRKLUND, A. Does family policy affect fertility?: lessons from Sweden. **Journal of Population Economics**, Berlin, v. 19, n. 1, p. 3-24, 2006.

BONGAARTS, J. Fertility and reproductive preferences in post transitional societies. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 27, (supl.), p. 260-281, 2001.

_____. Do reproductive intentions matter? **International Family Planning Perspectives**, New York, NY, v. 18, n. 3, p. 102-108, sep.1992.

_____. The measurement of wanted fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v.16, n.3, p. 487-506, 1990.

BONIFÁCIO, G. M.; NEPOMUCENO, M. R. O estudo da preferência reprodutiva entre homens e mulheres: diferenciais entre o número desejado de filhos e a parturição no contexto brasileiro. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5., 2012, Uruguay. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: ALAP, 2012.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Belo Horizonte, MG: UFMG/CEDEPLAR, 2007. 28p. (Texto para Discussão, 318).

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. **Reverso estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico**. São Paulo, SP: Fundação Felipe Chagas, 2008. (Textos FCC, 31).

_____. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n.132, p. 537-572, set./dez. 2007.

CALDWELL, J. C. **Theory of fertility decline**. New York, NY: Academic Press, 1982.

_____. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, 1976.

CARDOSO JR., J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005. p. 181-260.

CARVALHO, A. A. **Insatisfação ou discrepância?:** uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte (MG). 2014. 315f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, CEDPLAR. Belo Horizonte, MG, 2014.

_____; WONG, L. L. R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. **Discrepância de fecundidade e sua relação com variáveis sócio demográficas:** uma análise para o Brasil entre 1996 e 2006. 2014. (Mimeo).

_____; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 3, p. 725-733, maio/jun.2003.

_____. Regional trends in fertility and mortality in Brazil. **Population Studies**, London, v. 28, n. 3, p. 401-421, nov.1974.

CASTANHEIRA, H. C.; KOHLER, H. P. **Work and family conflict, gender and low fertility in Brazil**. Philadelphia, 2013. (Paper presented at Population Association of America (PAA) Annual Meeting).

CAVENAGHI, S.; BERQUÓ, E. Perfil socioeconômico e demográfico da fecundidade no Brasil de 2000 a 2010. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO - ALAP, 6., 2014, Lima, Peru. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.

_____; ALVES, J. E. D. **Diversity of childbearing behaviour in the context of below-replacement fertility in Brazil**. New York, NY: United Nations, 2011. (Expert Paper, n. 8).

_____. Diversity of childbearing behaviour in the context of below-replacement fertility in Brazil. **Expert Paper, Population Division**, n. 8, 2009.

CEPAL. **Panorama social de América Latina 1998**. Santiago de Chile: CEPAL, 1998.

_____. **Guía de asistencia técnica para la producción y el uso de indicadores de género**. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.

CHESNAIS, J.C. Fertility, family and social policy in contemporary Western Europe. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 22, n. 4, p. 729-739, 1996.

COALE, A. The demographic transition: a summary, some lessons and some observations. In: CHO, L.; KOBAYASHI, K. (Ed.). **Fertility transition of East Asian populations**. Honolulu: University Press of Hawaii, 1979.

COLEMAN, D. Why we don't have to believe without doubting in the 'Second Demographic Transition': some agnostic comments. **Vienna Yearbook of Population Research**, Vienna, v. 2, 2004.

_____. **Reproduction and survival in an unknown world:** what drives today's in populations and to what future? Amsterdam: Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute, 1998. (NIDI Hofstee Lecture Series, n. 5).

- CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In. ALMEIDA, M. S. **Colchas de retalhos**. 2.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1993.
- COVRE-SUSSAI, M. et al. **Measuring gender equality in family decision making in Latin America**: a key towards understanding changing family configurations. 2014. (Working Paper).
- CUNHA, V. Projetos de paternidade e a construção da fecundidade conjugal. In: WALL, K.; ABOIN, S.; CUNHA, V. A. **Vida familiar no masculino**: negociando velhas e novas masculinidades. Lisboa: Ministério da Educação, 2010. p. 265- 312.
- DHS. **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996**. Rio de Janeiro, RJ: BEMFAM, 1996.
- DOMMERMUTH, L.; KLOBAS, J.; LAPPEGÅRD, T. Now or later? The theory of planned behaviour and fertility intentions. **DONDENA Working Paper**, n. 20, 2009.
- DRAIBE, S. Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea. **Estudios y Perspectivas**, México, CEPAL, n. 55, 2007.
- DUVANDER, A. Z.; ANDERSSON, G. **Gender equality and fertility in sweden**: a study on the impact of the father's uptake of parental leave on continued childbearing. Rostock: Max Planck Institute for Demographic Research, 2005. (MPIDR Working PaperWP-2005).
- EASTERLIN, R. A. An economic framework for fertility analysis. **Studies in Family Planning**, New York, v. 6, n. 3, p. 54-63, mar.1975.
- ENDESA. **Encuesta demográfica y de salud 1998**. Maryland USA: Macro International Inc., 1998.
- _____. **Encuesta demográfica y de salud 1996**. Maryland USA: Macro International Inc., 1996.
- ESPING-ANDERSEN, G. La política familiar y la nueva demografía. **Información Comercial Española**, v. 815, p. 45-60, 2004.
- _____. Welfare states without work: the impasse of labour shedding and familialism in Continental European social policy. In: _____ (Ed.). **Welfare states in transition**: national adaptations in global economies. London: Sage Publications, 1996. p. 66-87.
- ESPING-ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Princeton, Nueva Jersey, Princeton University Press, 1990.
- FARIA, V. E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, SP, v. 5, p. 62-103, 1989.
- FERRANDO, D. La fecundidad por edades en América Latina y sus perspectivas futuras. In: SEMINARIO LA FECUNDIDADE EN AMÉRICA LATINA: ¿TRANSICIÓN O REVOLUCIÓN? 2003, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CELADE/CEPAL, 2003.
- FLAQUER, L. **Las políticas familiares en una perspectiva comparada**. Barcelona: Fundación La Caixa, 2000. (Colección Estudios Sociales, n. 3).
- FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre, RS: Editora Universidade/UFRGS, 2004.

GAUTHIER, A. H. The impact of family policies on fertility in industrialized countries: a review of the literature. **Population Research and Policy Review**, Amsterdam, v. 26, n. 3, p. 323-346, 2007.

_____. **The State and the family: a comparative analysis of family policies in industrialized countries.** Oxford: Clarendon Press, 1996.

GOLDANI, A. M. Intergenerational contracts and the reconstruction of the welfare State: why should we re-think this relationship in Brazil? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **The new sixties in Brazil: the elderly Brazilians and their new social roles.** Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2005. p. 211-252.

_____. Família, relações de gênero e fecundidade no Nordeste do Brasil. In: BEMFAM. **Fecundidade, anticoncepção e mortalidade infantil.** Rio de Janeiro, RJ: BEMFAM; DHS, 1994. p. 57-80. (Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil).

GOLDESTEIN, H. **Multilevel statistical models.** 3.ed. London: Arnold, 2003.

GOLDSCHIEDER, F.; OLÁH, L. S. Z.; PUUR, A. Reconciling studies of men's gender attitudes and fertility: response to westoff and higgins. **Demographic Research**, v. 22, n. 8, p. 189-198, 2010.

_____; KAUFMAN, G. Fertility and commitment: bringing men back in. **Population and Development Review**, New York, v. 22, (supl.), p. 87-99, 1996.

GREENHALGH, S. The social construction of population science: an intellectual, institutional, and political history of twentieth-century demography. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 38, n. 1, p. 26-66, 1996.

GUALBERTO, L. N. **Comportamento contraceptivo, raça/cor e status da mulher no Brasil.** 2003. 88f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, Belo Horizonte, MG, 2003.

GUIMARAES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 151-180, 2011.

HAKIM, C. Women, careers, and work-life Preferences. **British Journal of Guidance & Counselling**, Cambridge, v. 34, n. 3, p. 279-294, 2006.

HAKKERT, R. Fecundidad deseada y no deseada en América Latina, con particular referencia a algunos aspectos de género. In: SEMINARIO LA FECUNDIDADE EN AMÉRICA LATINA: ¿TRANSICIÓN O REVOLUCIÓN? 2003, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CELADE/CEPAL, 2003.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS/CAPES, 1999. p. 183-221.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, RJ, 2010.

JANSEN, M.; LIEFBROER, A. C. Couple's attitudes, childbirth, and the division of labor. **Journal of Family Issues**, v. 27, n. 11, p. 1487-1511, 2006.

KALWIJ, A. The impact of family policy expenditures on fertility in Western Europe. **Demography**, Chicago, v. 7, n. 2, p. 503-519, 2010.

LEIBENSTEIN, H. An interpretation of the economic theory of fertility: promising path or blind alley? **Journal of Economic Literature**, US, v. 12, n. 2, p. 457-79, 1974.

LESTHAEGE, R.; VANDERHOEFT, C. **Conceptualisation des transitions vers de nouvelles formes de comportement**. Louvain-la-Neuve, 1999.

_____. The second demographic transition in Western countries: an interpretation. In: MASON, K. O.; JENSEN, A. M. (Ed.). **Gender and family change in industrialized countries**. Oxford: Clarendon Press, 1995. p. 17-62.

_____; VAN DE KAA, D. J. Twee demografische transitie's? (two demographic transitions?). In: _____ (Ed.). **Bevolking: groeienkrimp** (population: growth and decline). Deventer: Van LoghumSlaterus, 1986. p. 9-24.

_____. A century of demographic and cultural change in Western Europe: an exploration of underlying dimensions. **Population and Development Review**, New York, v. 9, n. 3, p. 411-435, 1983.

LIEFBROER, A. C. Changes in family size intentions across young adulthood: a life-course perspective. **European Journal of Population**, Amsterdam, v. 25, n. 4, p. 363-386, 2009.

LIVI-BACCI, M. Comment: desired family size and the future course of fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 27, (supl.), p. 282-289, 2001.

MARQUES PEREIRA, B. Trois décennies de mobilisations féminines et féministes em Amériquelatine: une évaluation des gains, des limites et des futursenjeux de l'action collective des femmes. **Cahiers des Amériqueslatines**, n. 39, 2002.

MARRI, I. G.; WAJNMAN, S. Esposas como principais provedoras de renda familiar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, jan./jun.2007.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 1/2, n. 1, p. 99-144, 1984.

MASON, K. O. Gender and family systems in the fertility transition. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 27, (supl.), p. 160-176, 2001.

_____; SMITH, H. L. Husbands 'versus wives' fertility goals and use of contraception: the influence of gender context in five Asian countries. **Demography**, Chicago, v. 37, n. 3, 2000.

_____. Gender and demographic change: what do wek now?. In: JONESET, G. W. et al. (Ed.). **The continuing demographic transition**. Oxford: Clarendon Press, 1997.

MCDONALD, P. Societal foundations for explaining low fertility: gender equity. **Demographic Research**, v. 28, n. 34, p. 981-994, 2013.

_____; KIPPEN, R. Measuring the quantum of fertility during a long-term shift from early to late childbearing: Australia 1946-2007. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 2009, Marrakech. **Anais...** Liège: IUSSP, 2009.

_____. Low fertility and the state: the efficacy of policy. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 32, n. 3, p. 485-510, 2006a.

_____. An assessment of policies that support having children from the perspectives of equity, efficiency and efficacy. **Vienna Yearbook of Population Research**, Vienna, v. 4, p. 213-234, 2006b.

_____. Sustaining fertility through public policy: the range of options. **Population**, 57e année, n. 3, p. 417-446, 2002.

_____. Theory pertaining to low fertility. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 2001, Tokyo. **Anais...** Liège: IUSSP, 2001.

_____. Gender equity, social institutions and the future of fertility. **Journal of Population Research**, v. 17, n. 1, p. 1-16, 2000a.

_____. Gender equity in theories of fertility transition. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000b.

MELO, H. P. Uma atuação feminista no Estado: breves reflexões sobre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. In: CUNHA, J. M. P.; TURRA, C. M. (Org.) **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. p. 171-175. (Demografia em Debate, v. 4).

MIETTINEN, A.; BASTEN, S.; ROTKIRCH, A. Gender equality and fertility intentions revisited: evidence from Finland. **Demographic Research**, v. 24, n. 20, p. 469-496, 2011.

MILLER, W. B. Differences between fertility desires and intentions: implications for theory, research, and policy. **Vienna Yearbook of Population Research**, Vienna, v. 9, p. 75-98, 2011.

_____. Childbearing motivations, desires, and intentions: a theoretical framework. **Genetic, Social, and General Psychological Monographs**, v. 120, n. 2, p. 223-258, 1994.

MONTALI, L. Família e trabalho: os desafios da equidade para as famílias metropolitanas na recuperação da economia nos anos 2000. In: CUNHA, J. M. P.; TURRA, C. M. (Org.) **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. p. 177-185. (Demografia em Debate, v. 4).

MORGAN, S. P.; KING, B. R. Why have children in the 21st century? Biological predisposition, social coercion, rational choice. **European Journal of Population**, Amsterdam, v. 17, n. 1, p. 3-20, 2001.

OLÁH, L. S.; BERNHARDT, E. M. Sweden: combining childbearing and gender equality. **Demographic Research**, v. 19, n. 28, p. 1105-1144, 2008.

OLAVARRÍA, J. La invisibilidad de los hombres en la sexualidad y la reproducción y sus consecuencias en la responsabilidad: notas para el debate. In: SEMINARIO LA FECUNDIDADE EN AMÉRICA LATINA: ¿TRANSICIÓN O REVOLUCIÓN? 2003, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CELADE/CEPAL, 2003.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. S. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: AARRETCHE, M. (Org.) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo, SP: Editora Unesp; CEM, 2015. p.309-334.

_____. Notas soltas sobre o mundo privado e os gêneros. In: CUNHA, J. M. P.; TURRA, C. M. (Org.) **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. p. 163-169. (Demografia em Debate, v. 4).

_____. O lugar dos homens na reprodução. In: GUTIÉRREZ, M. A. **Género, familias y trabajo: rupturas y continuidades. Desafíos para la investigación política**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2007.

_____. Some remarks on family as a mechanism of social protection in Brasil. In: CICRED. **Women's status and family dynamics**. Paris: CICRED, 2000.

PAISM. **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1983.

PARDO, I.; VARELA, C. **¿Muy pocos hijos? Fecundidad y reemplazo de lapoblaciónuruguaya**. En Detrás de los três millones. La población uruguay a luego del censo 2011 (19-26). Montevideo: Programa de Población (UdelaR); Brecha, 2013.

PATARRA, N. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 27-40, jan./jun.1994.

_____. Transición demográfica: resumen histórico o teoria de población. **Demografia y Economía**, México, v. 3, n. 1, p. 86-95, 1973.

PERI, A.; PARDO, I. **Nueva evidencia sobre lahipótesis de la doble insatisfacción en Uruguay: ¿cuán lejos estamos de que toda la fecundidad sea deseada?** Montevideo: UNFPA, 2008.

PERMANYER, I. Are UNDP indices appropriate to capture gender inequalities in Europe? **Social Indicators Research**, Holanda, v. 110, n. 3, p. 927-950, 2011.

_____. The measurement of multidimensional gender inequality: continuing the debate. **Social Indicators Research**, Holanda, v. 95, n. 2, p. 181-198, 2010.

PERPÉTUO, I.; RODRÍGUEZ WONG, L. Programas y políticas nacionales que afectaron el curso de la fecundidad en el Brasil. In: SEMINARIO LA FECUNDIDADE EN AMÉRICA LATINA: ¿TRANSICIÓN O REVOLUCIÓN? 2003, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CELADE/CEPAL, 2003.

PHILIPPOV, D. et al. **Reproduction decision-making in a macro-micro perspective (REPRO): state-of-the-Art Review**. Vienna, 2009.

PINNELLI, A.; FIORI, F. The influence of partner involvement in fatherhood and domestic tasks on mothers' fertility expectations in Italy. **Fathering: A Journal of Theory, Research, and Practice about Men as Fathers**, USA, v. 6, n. 2, p. 169-191, 2008.

PITANGUY, J.; MIRANDA, D. A. As mulheres e os direitos humanos. In: UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: UNIFEM, 2006. p. 14-32.

PNDS. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança, 2006**. São Paulo, SP: CEBRAP; Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/index.php>>.

PNSMIPF. **Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar 1986 - Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: BEMFAM, 1986. (Relatório Resumido).

PRESSER, H. B. A gender perspective for understanding low fertility in post-transitional societies. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 27, (supl.), p. 177-183, 2001.

PUUR, A. et al. Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. **Demographic Research**, v. 19, n. 56, p. 1883-1912, 2008.

RAZARI, S. **The political and social economy of care in a development context: contextual issues, research questions, and policy options**. Geneva: UNRISD, 2007. (Paper, n. 3).

gaRILEY, N. E. Feminist demography. In: _____; McCARTHY, J. **Demography in the age of the postmodern**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 99-119, 2003.

_____. Challenging demography: contributions from feminist theory. **Sociological Forum**, v. 14, n. 3, 1999.

_____. Gender, power, and population change. **Population Bulletin**, Washington, v. 52, n. 1, 1997.

RIOS NETO, E. Passado, presente e futuro da fecundidade: uma visão de idade, período e coorte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 17, n. 1/2, p. 5-15, jan./dez.2000.

ROBINSON, W.; ROSS, J. **The global family planning revolution: three decades of population policies and programs**. Washington, DC: World Bank Publications, 2007.

ROSETO-BIXBY, L. La fecundidade en áreas metropolitanas de América Latina: la fecundidad de reemplazo y más allá. In: SEMINARIO LA FECUNDIDADE EN AMÉRICA LATINA: ¿TRANSICIÓN O REVOLUCIÓN? 2003, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CELADE/CEPAL, 2003.

SANTELLI, J. et al. The measurement and meaning of unintended pregnancy. **Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, New York, v. 35, n. 2, p. 94-101, 2003.

SARRIBLE, G. Reproducción e imagen de la mujer. Crítica de género em demografia. **Papers – Revista de Sociologia**, Barcelona, Espanha, n. 53, p. 11-24, 1997.

SHREFFLER, K. M.; PIRRETTI, A. E.; DRAGO, R. Work-family conflict and fertility intentions: does gender matter? **Journal of Family and Economic Issues**, New York, NY, v. 31, p. 228-240, 2010.

SOBOTKA, T. Low fertility in Europe and beyond: trends, consequences and government actions. In: UNFPA Technical Meeting on Low Fertility. **Ageing and population decline**. Vienna, 2010.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação: entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez.2007.

_____. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005.

_____. **Reconciling work and family: issues and policies in Brazil**. Geneva: International Labour Office, 2004.

_____. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: SEMINARIO GÊNERO E FEMINISMO: DESVELANDO TRAJETÓRIAS, 2003, São Paulo, SP. **Anais...** 2003.

TAKAYAMA, N.; WERDING, M. (Ed.). **Fertility and public policy: how to reverse the trend of declining birth rates.** Cambridge MA; London UK: MIT-Press, 2009.

TAZI-PREVE, I. M.; BICHLBAUER, D.; GOUJON, A. Gender trouble and its impact on fertility intentions. **Yearbook of Population Research in Finland**, v. 40, p. 5-24, 2004.

THERBORN, G. **Between sex and power: family in the world 1900-2000.** New York, NY: Routledge, 2004.

THOMSON, E. Couple childbearing desires, intentions, and births. **Demography**, Chicago, v. 34, n. 3, p. 343-54, ago.1997.

UNDP. **América Latina: gestão de conhecimento para a igualdade de gênero.** Disponível em: <http://www.americalinagenera.org/es/index.php?option=com_content&view=article&ID=231&ITEMID=160>. Acesso em: 10 mar. 2012.

UNFPA. **The world reaffirms Cairo: official outcomes of the ICPD at ten review.** New York, NY, 2005.

VAN DE KAA, D. J. The second demographic transition revisited: theories and expectations. In: BEETS, G. et al. (Ed.). **Population and family in the low countries 1993: late fertility and other current issues.** Amsterdam: Swets & Zeitlinger, 1993. p. 81-126. (NIDI/CBGS Publication, n. 30).

VARELA, C.; PARDO, I. La fecundidad bajo el reemplazo y las políticas familiares en América Latina y el Caribe: qué puede aprenderse de la experiência europea. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 30, n. 2, p. 503-518, 2013.

WESTOFF, C. F.; HIGGINS, J. Relationship between men's gender attitudes and fertility: response to puur et al.'s "Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century". **Demographic Research**, v. 21, n. 3, p. 65-74, 2009.

WONG, L. R.; BONIFÁCIO, G. M. Retomada da queda da fecundidade na América Latina. Evidências para a primeira década do século XXI. **Revista Latinoamericana de Población**, año 3, n. 4-5, ene./dic.2009.

_____; Fecundidade e aspectos reprodutivos. In: CEBRAP; Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: PNDS 2006.** São Paulo, SP: CEBRAP; Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. (Relatório Final).

_____; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun.2006.

_____. A fecundidade das regiões Norte e Nordeste: tendências recentes e perspectivas com base nas preferências reprodutivas. In: ENCONTRO NORDESTE – NORTE DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1998, Recife, PE. **Anais...** 1998.

ZAVALA DE COSÍO, M. E. Impacto sobre la fecundidad de los cambios em los sistemas de género. In: SEMINARIO LA FECUNDIDADE EN AMÉRICA LATINA:

¿TRANSICIÓN O REVOLUCIÓN? 2003, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CELADE/CEPAL, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos segundo os Filhos tidos e os Filhos desejado - Brasil, 1996 e 2006

1996							
		Filhos desejados					
Filhos Tidos		0	1	2	3	4	Total
	0	6,0%	13,8%	59,9%	14,0%	6,2%	100,0%
	1	6,5%	22,4%	51,4%	15,8%	3,9%	100,0%
	2	7,7%	7,6%	54,1%	19,2%	11,4%	100,0%
	3	8,4%	10,6%	21,8%	42,6%	16,6%	100,0%
	4	11,0%	7,5%	33,2%	13,1%	35,1%	100,0%
Total		7,7%	12,4%	47,2%	19,1%	13,6%	100,0%
2006							
		Filhos desejados					
Filhos Tidos		0	1	2	3	4	Total
	0	7,9%	19,9%	56,8%	12,4%	3,1%	100,0%
	1	5,0%	29,7%	50,3%	10,9%	4,1%	100,0%
	2	5,9%	8,4%	62,3%	16,0%	7,5%	100,0%
	3	7,5%	12,8%	23,2%	41,5%	15,0%	100,0%
	4	8,6%	11,3%	36,5%	9,1%	34,5%	100,0%
Total		6,8%	17,8%	50,7%	16,2%	8,5%	100,0%

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

ANEXO 2: Teste Qui- Quadrado (χ^2) das variáveis selecionadas

1996			2006		
Valor Qui-quadrado	Graus de liberdade	p-valor	Valor Qui-quadrado	Graus de liberdade	p-valor
Relação parentesco com responsável domicílio					
10,343 ^a	2	,006	16,614 ^a	2	,000
Número de uniões da mulher					
2,720 ^a	1	,099	27,693 ^a	1	,000
Diferença de idade entre os cônjuges/companheiros					
24,965 ^a	2	,000	37,315 ^a	2	,000
Diferença no nível de escolaridade entre os cônjuges/companheiros					
1,064 ^a	2	,587	4,753 ^a	2	,093
De quem é a decisão sobre destino da renda da mulher					
3,155 ^a	2	,206	,039 ^a	2	,981
Preferência reprodutiva do casal					
35,396 ^a	2	,000	54,822 ^a	2	,000

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

1996			2006		
Valor Qui-quadrado	Graus de liberdade	p-valor	Valor Qui-quadrado	Graus de liberdade	p-valor
Relação parentesco com responsável domicílio					
10,343 ^a	2	,006	16,614 ^a	2	,000
Número de uniões da mulher					
2,720 ^a	1	,099	27,693 ^a	1	,000
Diferença de idade entre os cônjuges/companheiros					
24,965 ^a	2	,000	37,315 ^a	2	,000
Diferença no nível de escolaridade entre os cônjuges/companheiros					
1,064 ^a	2	,587	4,753 ^a	2	,093
De quem é a decisão sobre destino da renda da mulher					
3,155 ^a	2	,206	,039 ^a	2	,981
Preferência reprodutiva do casal					
35,396 ^a	2	,000	54,822 ^a	2	,000

Fonte: DHS (1996) e PNDS (2006).

